

BOLETIM REDE PORTUGUESA DAS CIDADES EDUCADORAS

2026

Águeda | Albufeira | Alcochete | Alenquer | Alfândega da Fé | Almada | Almodôvar | Amadora | Anadia | Angra do Heroísmo | Arganil | Arruda dos Vinhos | Azambuja | Barcelos | Barreiro | Benavente | Braga | Câmara de Lobos | Cascais | Chaves | Coimbra | Condeixa-a-Nova | Covilhã | Entroncamento | Espôsende | Estremoz | Évora | Fafe | Figueira da Foz | Fundão | Gondomar | Grândola | Guarda | Guimarães | Horta | Lagoa (Açores) | Lagoa (Algarve) | Lagos | Lisboa | Loulé | Loures | Lousã | Lousada | Macedo de Cavateiros | Machico | Maia | Marco de Canaveses | Matosinhos | Mealhada | Miranda do Corvo | Montemor-o-Velho | Montijo | Moura | Óbidos | Ódemira | Odivelas | Oeiras | Oliveira de Azeméis | Paços de Ferreira | Palmela | Pampilhosa da Serra | Paredes | Penafiel | Penalva do Castelo | Peniche | Pombal | Ponta Delgada | Portalegre | Portimão | Porto | Porto de Mós | Póvoa de Lanhoso | Reguengos de Monsaraz | Rio Maior | Santa Maria da Feira | Santarém | Santo Tirso | São João Madeira | Sesimbra | Setúbal | Sever do Vouga | Silves | Sobral de Monte Agraço | Soure | Tábua | Tomar | Torres Novas | Torres Vedras | Trofa | Valongo | Vila do Bispo | Vila do Conde | Vila Franca Xira | Vila Nova de Famalicão | Vila Nova de Poiares | Vila Real | Vila Verde | Viseu | Vizela

58



A cidade de Lisboa marcou presença na Futurália, a maior feira de educação, formação e empregabilidade em Portugal, organizada pela Fundação AIP. O evento proporcionou a estudantes, jovens licenciados e adultos uma oportunidade única para explorar diferentes percursos educativos e profissionais, através de workshops, palestras, debates e atividades interativas, promovendo uma experiência enriquecedora e participativa.

A Câmara Municipal de Lisboa destacou-se com o stand “Dar Palco às Escolas”, uma iniciativa concebida para dignificar e valorizar o ensino profissional e artístico como vias de sucesso educativo e realização pessoal. O espaço evidenciou-se pela sua cor, dinamismo e energia, acolhendo diversas escolas públicas que apresentaram a sua oferta formativa e dinamizaram um programa variado de atividades.

Entre os destaques estiveram momentos de música e dança, jogos interativos, workshops de fotografia e desenho, experiências de degustação e a apresentação do projeto pedagógico Cinema, Cem Anos de Juventude, da Escola Secundária Marquês de Pombal.

Ao longo de quatro dias, seis escolas partilharam o espaço, assegurando uma programação contínua e diversificada que permitiu aos visitantes conhecer cursos profissionais e artísticos nas áreas de ação educativa, gestão, informática, multimédia, turismo, artes performativas, cozinha e pastelaria, entre outras.

A iniciativa promoveu a interação direta com os jovens, incentivando o gosto pela aprendizagem, o desenvolvimento de competências práticas e a valorização da criatividade, reforçando, ao mesmo tempo, a inclusão e a participação cívica.

Ao dar palco aos alunos e envolver a comunidade escolar, a Cidade de Lisboa reafirma o seu compromisso com a justiça social, a igualdade, a cidadania democrática, a sustentabilidade e a qualidade de vida, consolidando o papel estratégico do ensino público na construção de uma cidade educadora, inclusiva e culturalmente vibrante.

Rodrigo Mello Gonçalves
Vereador da Câmara Municipal de Lisboa



espaço de
OPINIÃO

EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO

A inclusão e a diversidade, além da sustentabilidade, constituem eixos estruturantes da ação do Município da Covilhã nas áreas da cultura e da educação, traduzindo uma visão integrada que reconhece o processo educativo como contínuo e abrangente, ultrapassando os limites formais da escola. Uma visão sustentada no papel da educação, mormente da escola como seu pilar fundamental, no desenvolvimento dos territórios, enquanto motor de coesão social, valorização da identidade local e promoção de oportunidades equitativas para todos os cidadãos, contribuindo ativamente para comunidades mais participativas, resilientes e sustentáveis.

A estratégia de intervenção socioeducativa da Covilhã baseia-se numa pedagogia assente na cooperação e solidariedade, conforme defende a UNESCO (2021, Reimaginar nossos futuros juntos: Um novo contrato social para a educação), promovendo aprendizagens inclusivas, interculturais e centradas na singularidade de cada indivíduo, enquadradas num compromisso com a justiça social e a não discriminação.

Neste âmbito, destacamos o papel determinante das práticas de educação não formal, desenvolvidas fora do contexto escolar, em tempos letivos e não letivos, nomeadamente através do projeto EU SOU +, do Espaço C3D – Makerspace, do Espaço dos Sentidos e da programação regular da Biblioteca Municipal. Estas iniciativas traduzem,

na prática, a necessidade de “desaprender preconceitos, vieses e polarizações hostis” (UNESCO, 2021, p. XIV), criando contextos de encontro, experimentação e expressão onde todas as crianças e jovens se sentem incluídos e valorizados. Ao integrar áreas como a ciência, a arte, o design, o movimento, o jogo ou as literacias digital e financeira, o programa anual promove aprendizagens significativas e inclusivas, que complementam o currículo formal e respondem às necessidades emergentes dos jovens.

O Espaço C3D – Makerspace Covilhã constitui um exemplo claro de uma abordagem centrada na individualidade de cada um, ao promover uma aprendizagem colaborativa, interdisciplinar e baseada em problemas. Através de metodologias ativas, que cruzam tecnologia, criatividade, identidade local e sustentabilidade, este espaço estimula o pensamento crítico, a experimentação e o trabalho em equipa, criando oportunidades para que crianças e jovens aprendam fazendo, em diálogo com os outros e com o território. Ao valorizar os recursos endógenos e a memória coletiva, contribui também para o desenvolvimento territorial, reforçando o sentimento de pertença e a ligação entre educação, cultura e comunidade.

Por sua vez, o Espaço dos Sentidos materializa o compromisso do Município em valorizar e apoiar a diversidade e o pluralismo. Através de uma intervenção especializada nas áreas da terapia

Encontro Nacional da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras

A Covilhã recebeu, nos dias 13 e 14 de março, o Encontro Nacional da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras (RTPCE), reunindo representantes de 40 cidades e cerca de uma centena de participantes para debater o papel da educação no desenvolvimento dos territórios. A iniciativa foi inserida no 2º Encontro Covilhã Educadora que se iniciou a 11 de março e terminou no sábado de manhã na Biblioteca Municipal.

Na sessão de abertura, do Encontro Nacional da RTPCE, no Teatro Municipal, Teresa Pedrosa, vice-presidente da Câmara Municipal de Soure e representante da comissão de coordenação da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras, destacou o objetivo central do encontro: promover a partilha de experiências e boas práticas entre municípios, reforçando a cooperação entre cidades que assumem a educação como eixo estruturante das políticas públicas. A responsável começou por agradecer à Câmara Municipal da Covilhã pelo acolhimento e pela organização do encontro, integrado na iniciativa Covilhã Educadora. “Obrigada por abrirem as portas da vossa casa para que todos possamos vir aqui aprender convosco”, afirmou, sublinhando a importância da partilha entre territórios.

Dirigindo-se aos participantes, Teresa Pedrosa deu as boas-vindas aos autarcas e técnicos presentes, com uma saudação especial a quem participa pela primeira vez neste tipo de iniciativas. Segundo a autarca, o conceito de cidade educadora implica um trabalho coletivo que vai muito além da escola.

“Cidade educadora extravasa os muros da escola e a própria geografia da educação”, referiu, explicando que se trata de um processo que envolve diferentes áreas da vida pública. Urbanismo, cultura, educação e outros setores devem trabalhar de forma articulada para promover comunidades mais inclusivas e preparadas para o futuro.

ocupacional e da psicologia, este espaço promove a inclusão de crianças com necessidades específicas, envolvendo famílias, profissionais e comunidade num processo de escuta ativa, capacitação e corresponsabilização. A inclusão concretiza-se, assim, não apenas na resposta técnica, mas na construção de uma cultura de empatia, equidade e reconhecimento da diversidade como valor fundamental ao desenvolvimento individual e social.

Como defende a UNESCO, a estratégia para a educação deve garantir os direitos de todos, independentemente de raça, etnia, religião, deficiência, orientação sexual, idade ou status de cidadania, assumindo uma responsabilidade coletiva na construção de soluções mais inclusivas e territorialmente relevantes. Para este desiderato, acreditamos na escuta ativa permanente dos diferentes intervenientes — escolas, famílias, técnicos e, sobretudo, das próprias crianças e jovens — como caminho fundamental que permite ajustar as respostas e serviços à realidade local e concretizar uma educação não formal sustentada em inovação, inclusão e cidadania, promovendo assim, através da cooperação, da solidariedade e do respeito pela diversidade, uma comunidade educativa mais coesa, participativa e preparada para os desafios do futuro.

Regina Gouveia

Vereadora da Câmara Municipal da Covilhã





Durante o encontro, os municípios participantes irão conhecer e discutir boas práticas desenvolvidas em vários territórios, muitas delas já reconhecidas internacionalmente. O objetivo é transformar essas experiências em políticas públicas concretas que possam ser aplicadas localmente.

A representante da comissão de coordenação da rede sublinhou ainda que, apesar das exigências e desafios que os municípios enfrentam no dia a dia, é essencial não perder de vista as questões estruturais, como a educação. “Passamos muitas vezes o tempo a resolver o urgente e deixamos para trás o que é importante. E este trabalho é muito importante”, afirmou.

Teresa Pedrosa concluiu desejando um encontro produtivo

vo e reforçando a importância da colaboração entre municípios para fortalecer a rede e construir territórios mais educadores.

Também na sessão de abertura, Regina Gouveia, vereadora da Educação da Câmara Municipal da Covilhã, deu as boas-vindas aos participantes e destacou a honra de a cidade acolher o encontro, desejando que os participantes se inspirem na Covilhã e, ao mesmo tempo, contribuam com novas ideias para fortalecer a rede.

Ainda durante a manhã Regina Gouveia apresentou aos participantes a “Covilhã, Cidade Educadora”, com enfoque em projetos como o “Espaço dos Sentidos”, “Espaço C3D”, “Hub Criativo Portas do Sol”, entre outros, também com visitas de estudo a alguns destes projetos.



Após o almoço os membros desta Rede reuniram-se para aprovarem o Relatório de Atividades de 2025 e o Plano de Atividades de 2026, assim como a criação de mais um Grupo de Trabalho Temático com o nome de “Escola Sem Muros” e a receção a mais dois municípios, recentemente, aderentes a esta Rede – Montemor-o-Velho e Óbidos.

A Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras é constituída, atualmente, por 99 cidades.

FONTE: Rádio Clube da Covilhã

ALBUFEIRA

Projeto Pet-Friends

O Projeto Pet-Friends, desenvolvido no âmbito do Departamento de Desenvolvimento Económico, Social e Cultural – Divisão de Educação, propõe uma intervenção integrada de promoção da saúde mental dirigida a crianças e jovens do concelho de Albufeira em risco de doença psíquica ou com diagnósticos diferenciados, recorrendo à Terapia Assistida por Animais (TAA) como ferramenta terapêutica e socioeducativa.

O diagnóstico apresentado evidencia um aumento significativo de problemas de saúde mental na infância e adolescência, agravado por crises económicas, pandemia e instabilidade internacional. Dados nacionais e internacionais apontam para elevada prevalência de sintomas depressivos e maior procura de serviços especializados, sobretudo entre populações vulneráveis. Neste contexto, o projeto surge como resposta preventiva e interventiva.



A TAA é fundamentada no vínculo humano-animal como facilitador da regulação emocional, desenvolvimento cognitivo, comportamental e social. As atividades incluem sessões terapêuticas individuais e em pequenos grupos, oficinas lúdicas e ações de sensibilização. Entre os objetivos específicos destacam-se: promoção de estratégias de enfrentamento da dor emocional, melhoria da atenção e memória, reforço da empatia e responsabilidade social e, quando adequado, incentivo à adoção responsável de animais.

O projeto inspira-se em boas práticas nacionais e internacionais, como iniciativas em contexto escolar e programas de equoterapia, que demonstram impactos positivos na autoestima, concentração, competências socioemocionais e integração social.

Além da vertente terapêutica, o Pet-Friends integra uma dimensão de bem-estar animal e cidadania ativa, sensibilizando para a prevenção de maus-tratos e abandono, promovendo uma cultura de respeito e responsabilidade. Prevê parcerias institucionais locais, nomeadamente com entidades de proteção animal, reforçando o impacto comunitário.

Destina-se a alunos do ensino básico sinalizados por escolas e serviços especializados, bem como às suas famílias e comunidade educativa. A metodologia é multidisciplinar, envolvendo psicólogos e técnicos especializados, visando não apenas a redução de sintomas de ansiedade e depressão, mas também a promoção de inclusão, equilíbrio emocional e coesão social. ■

PRINCÍPIO 14 – PROMOÇÃO DA SAÚDE

A Cidade Educadora garantirá o crescimento integral e saudável de todas as pessoas, promovendo o seu bem-estar físico, emocional e mental. Para tal, promoverá o acesso universal aos cuidados de saúde e apoiará ambientes e estilos de vida saudáveis. A promoção da saúde incluirá a atividade física e educação emocional, afetivo-sexual, alimentar e de prevenção de dependências. Da mesma forma, promoverá a construção da cidade como um espaço onde todas as pessoas se sintam protegidas, favorecendo o envelhecimento ativo e as relações sociais necessárias para combater a solidão e o isolamento.

ALCOCHETE

“Oceanos de Plástico”

A educação ambiental assume um papel central na formação das gerações mais jovens, contribuindo para o desenvolvimento de competências que lhes permitam compreender os desafios globais e adotar comportamentos responsáveis. Em Alcochete, a diversidade natural como o estuário do Tejo, as salinas, o arrozal e o pinhal/montado, serve de base para atividades pedagógicas que aproximam os alunos do seu território, valorizando e protegendo o seu património natural e o meio envolvente. Assim, a experiência continua viva e ativa cada vez que os alunos circulam pelas ruas e praias de Alcochete. Com as matérias ilustradas com exemplos locais, valorizamos cada recanto de Alcochete e estimulamos os alunos a explorar e aprofundar o conhecimento sobre o meio em que vivem.

O Serviço Educativo do Setor da Educação do Município de Alcochete tem vindo a desenvolver diversas iniciativas



dirigidas às escolas do concelho, entre as quais se destaca a atividade “Oceanos de Plástico” para alunos do 1.º ciclo. A sessão inicia-se com uma abordagem visual que apresenta às crianças diferentes cenários de poluição marinha, incentivando-as a refletir criticamente sobre a extensão do problema, as suas causas e os impactos nos ecossistemas

marinhos. Esta primeira etapa permite que os alunos estabeleçam contacto com a realidade, promovendo uma compreensão inicial sobre os riscos ambientais associados ao uso inadequado do plástico e ao seu descarte irresponsável. Na atividade os alunos transformam-se em “Guardiões do Ecosistema Marinho”, possibilitando que vivenciem alguns dos desafios inerentes à proteção dos ambientes naturais e



reconheçam a importância de atitudes preventivas no quotidiano.

Este percurso pedagógico, que articula observação, reflexão e participação ativa, contribui para o reforço da consciência ecológica dos alunos e para a construção de uma relação mais responsável com o meio ambiente. ■

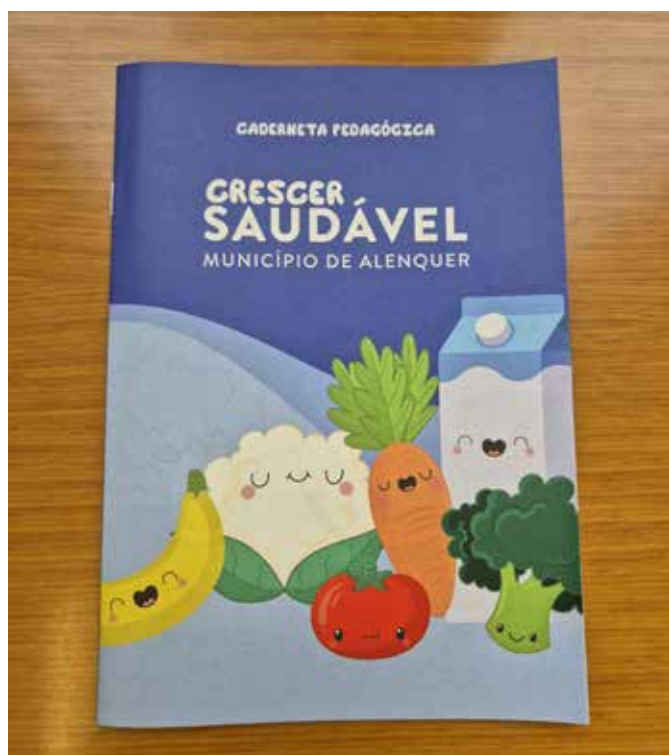
PRINCÍPIO 13 – SUSTENTABILIDADE

“A Cidade Educadora comprometer-se-á a satisfazer os direitos e as necessidades materiais que permitam viver uma vida digna – alimentação, água, habitação, saneamento, energia, mobilidade, ambiente seguro e saudável. A cidade organizar-se-á tendo em conta a dependência entre a vida humana e os limites físicos do planeta. Promover-se-á ativamente a participação e corresponsabilidade de todos os seus habitantes na adoção de estilos de vida e de consumo justos, resilientes e sustentáveis, sob os princípios da suficiência, distribuição e justiça; e tomar-se-ão as devidas precauções para proteger bens comuns que assegurem uma sobrevivência digna às gerações atuais e futuras.”

ALENQUER

Crescer Saudável

Reconhecendo a importância crescente da literacia em saúde em contexto escolar, e com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento das crianças e das suas competências no que respeita à importância de fazerem escolhas saudáveis, através de uma intervenção integrada em torno da alimentação saudável e redução do desperdício alimentar, o Município tem vindo a implementar o projeto Crescer Saudável. Este projeto tem como público-alvo as turmas do 1.º e 3.º anos de escolaridade, bem como, as crianças dos jardins de



infância implicando uma inscrição por parte dos respetivos docentes. Até à data participaram no projeto no presente ano letivo cerca de 380 crianças.

A metodologia adotada no 1.º ciclo passa pela apresentação interativa da roda dos alimentos, pela sensibilização sobre o desperdício e a sustentabilidade alimentar, dando enfoque ao consumo da fruta da época e ao impacto ambiental das escolhas alimentares, procedendo-se ainda à elaboração de um contrato de turma com vista ao combate ao desperdício alimentar.

No caso do pré-escolar esta temática tem sido abordada de modo lúdico, através da dinamização de uma história e posterior lançamento de um desafio através da criação de um projeto de sala.



Reconhecendo a importância da promoção da educação alimentar, a nutricionista municipal tem vindo ainda a dinamizar sessões nos 2.º e 3.º ciclos com o principal objetivo de contribuir para a melhoria de hábitos alimentares, sobretudo no que diz respeito à importância da ingestão de um pequeno-almoço e lanche saudáveis. ■

PRINCÍPIO 14 – PROMOÇÃO DA SAÚDE

A cidade educadora garantirá o crescimento integral e saudável de todas as pessoas, promovendo o seu bem-estar físico, emocional e mental. A promoção da saúde incluirá a atividade física e educação emocional, afetivo-sexual, alimentar e de prevenção de dependências.

ALFÂNDEGA DA FÉ

Polo de Cultura e Ciência da Universidade Aberta – Capacitação Docente em Educação Digital e Aprendizagem Colaborativa

Alfândega da Fé inaugura Polo de Cultura e Ciência da Universidade Aberta e promove formação em Educação Digital para docentes.

Foi inaugurado, no dia 25 de fevereiro, o Polo de Cultura e Ciência da Universidade Aberta, em Alfândega da Fé. Trata-se do único polo desta natureza na região e do terceiro a nível nacional, assumindo-se como um passo decisivo na aproximação das populações ao ensino superior e na criação de novas oportunidades de qualificação, conhecimento e dinamização cultural no território. O Polo resulta de um protocolo estabelecido entre o Município de Alfândega da Fé e a Universidade Aberta, traduzindo uma estratégia conjunta de promoção da educação, da ciência e da cultura.

mentos de reflexão académica. Nesse contexto, em parceria com o Polo a Equipa de Educação do Município – Alfândega EducAtiva, promoveu uma ação de formação intitulada “Educação Digital em Rede e Ambientes de Aprendizagem Colaborativa”, destinada a docentes, com o objetivo de promover a partilha de experiências, práticas e conhecimentos sobre redes digitais e aprendizagem colaborativa.

A iniciativa teve como principal objetivo capacitar os professores para a integração pedagógica eficaz das tecnologias digitais, contribuindo para a modernização das práticas educativas e para a melhoria da qualidade das aprendizagens, promovendo uma educação mais alinhada com os desafios da sociedade digital.



No âmbito desta parceria, foi definido um plano de ação que integra diversas iniciativas dirigidas à comunidade educativa e à população em geral, incluindo atividades formativas, ações de divulgação científica, projetos culturais e mo-

A ação contou com a participação de docentes de vários níveis de ensino e constituiu um primeiro momento de dinamização do novo Polo, que se afirma como um espaço de encontro entre a educação, a ciência e a cultura ao serviço da comunidade. ■

PRINCÍPIO 15 – FORMAÇÃO DE AGENTES EDUCATIVOS

A cidade tomará as medidas necessárias para que as famílias recebam formação suficiente para poderem acompanhar o crescimento dos seus filhos e filhas, garantindo o equilíbrio entre a necessidade de proteção e a autonomia na descoberta da cidade, num espírito de respeito e confiança. Neste sentido, desenvolverá propostas de formação para profissionais e todos aqueles que, na cidade, desempenham, muitas vezes sem saber, funções educativas. Por outro lado, certificar-se-á de que os órgãos de segurança e proteção civil diretamente dependentes do município atuem de acordo com as referidas propostas.

AMADORA

Cine Segunda

O Cine Segunda pretende consolidar uma programação cultural regular e contínua, contribuindo para a descentralização da oferta cinematográfica para além dos grandes eventos pontuais, em articulação com programações associadas a festivais de referência que passam pela Amadora.

A curadoria é assegurada por uma entidade especializada, garantindo elevados padrões de qualidade artística e relevância cultural. Esta abordagem contribui para a fidelização de públicos e para o fortalecimento do tecido cultural local ao longo do ano.

Mensalmente, na primeira segunda-feira, no Auditório dos Recreios da Amadora, realizam-se sessões temáticas que permitem aprofundar o conhecimento do público sobre autores, correntes e temáticas relevantes do cinema.

Dirigido à comunidade em geral, o Cine Segunda tem vindo a afirmar-se como uma iniciativa de proximidade, promovendo o acesso à cultura e incentivando a participação regular em atividades culturais. ■



PRINCÍPIO 4 – ACESSO À CULTURA

A Cidade Educadora promoverá o direito à cultura e a participação de todas as pessoas, sobretudo dos grupos em situação de maior vulnerabilidade, na vida cultural da cidade como forma de inclusão, promovendo o sentimento de pertença e de boa coexistência. Para além da fruição dos bens culturais, esta participação cultural incluirá o contributo que todos os cidadãos podem dar para uma cultura viva e em mudança e o envolvimento da sociedade civil na gestão de equipamentos e iniciativas culturais.

Por sua vez, a Cidade Educadora estimulará a educação artística, a criatividade e a inovação, promovendo e apoiando iniciativas culturais, tanto de vanguarda, como de cultura popular, como meio de desenvolvimento pessoal, social, cultural e económico.

ANGRÀ DO HEROÍSMO

VER PARA CRER

No âmbito do programa Bandeira Azul, o Município de Angra do Heroísmo propôs-se realizar uma campanha de sensibilização intitulada “VER PARA CRER”, com o objetivo de elucidar e sensibilizar os jovens relativamente à gestão dos resíduos produzidos no concelho, nomeadamente no que respeita às boas práticas de separação, deposição seletiva e ao destino final dos resíduos urbanos.

A atividade consiste na deslocação de técnicos do Município às escolas do concelho, mediante solicitação das mesmas, para a realização de sessões



de sensibilização dirigidas à comunidade escolar. Durante estas sessões serão abordadas temáticas relacionadas com a produção de resíduos, a importância da sua correta separação e deposição nos ecopontos adequados, bem como os impactos ambientais associados a uma gestão inadequada dos resíduos. Pretende-se, desta forma, promover uma maior consciencialização ambiental e incentivar a adoção de comportamentos mais responsáveis e sustentáveis no dia a dia.



Posteriormente, os participantes terão a oportunidade de realizar uma visita guiada às instalações das empresas TERAMB – Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EM, e REASIAÇORES – Gestão de Resíduos dos Açores, Lda., permitindo-lhes conhecer de forma direta o percurso dos resíduos após a sua deposição seletiva. Durante a visita serão apresentados e explicados os diferentes processos de triagem, tratamento e encaminhamento dos resíduos, possibilitando aos participantes compreender melhor o funcionamento do sistema de gestão de resíduos e a importância da colaboração de todos neste processo.

A metodologia utilizada, nas sessões de sensibilização, baseia-se na apresentação de conteúdos através de suporte audiovisual, nomeadamente um PowerPoint, complementado por uma explicação oral clara e acessível, bem como pela interação com os participantes. A componente prática da visita às instalações permitirá consolidar os conhecimentos adquiridos durante a sessão de sensibilização, proporcionando uma experiência educativa mais completa e significativa. ■

PRINCÍPIO 20 – EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA DEMOCRÁTICA E GLOBAL

As cidades educadoras devem promover a educação para uma cidadania responsável, fomentando valores como a sustentabilidade, o respeito pelo ambiente e a participação ativa na construção de uma sociedade mais justa e equilibrada.

ARRUDA DOS VINHOS

Visita dos alunos seniores a exposição “Ossos Secos”, do artista plástico António Faria em Lisboa

No dia 10 de março os alunos da Universidade Gerações, participaram numa visita guiada à exposição “Ossos Secos”, do artista plástico António Faria, patente na Igreja de São Cristóvão, em Lisboa. A atividade contou com o acompanhamento do curador Ricardo Ferreira e do próprio artista, num momento de diálogo e partilha muito enriquecedor. Esta iniciativa integrou o programa de dinamização da galeria municipal, através da qual procuramos promover atividades que aproximem diferentes públicos da arte contemporânea. ■



Câmara Municipal de
Arruda dos Vinhos
Largo Reguillo Domínguez
2450-213 Arruda dos Vinhos
Tel: +351 219 327 000
Fax: +351 219 316 000
www.cm-arruda.pt



PRINCÍPIO 4 – ACESSO À CULTURA

A Cidade Educadora promoverá o direito à cultura e a participação de todas as pessoas, sobretudo dos grupos em situação de maior vulnerabilidade, na vida cultural da cidade como forma de inclusão, promovendo o sentimento de pertença e de boa coexistência. Para além da fruição dos bens culturais, esta participação cultural incluirá o contributo que todos os cidadãos podem dar para uma cultura viva e em mudança e o envolvimento da sociedade civil na gestão de equipamentos e iniciativas culturais. Por sua vez, a Cidade Educadora estimulará a educação artística, a criatividade e a inovação, promovendo e apoiando iniciativas culturais, tanto de vanguarda, como de cultura popular, como meio de desenvolvimento pessoal, social, cultural e económico.

BARCELOS

REDE ESCOLA-NATUREZA mobiliza escolas para recreios mais naturais e participativos

No seguimento do projeto europeu TRANS-lighthouses, o Município de Barcelos continua a promover a transformação dos espaços escolares através de Soluções baseadas na Natureza (SbN). Uma das externalidades positivas deste projeto foi o surgimento da Rede Escola-Natureza, que tem vindo a mobilizar escolas e jardins de infância do concelho para repensar os seus recreios e reforçar a ligação das crianças com a natureza.

Atualmente, 23 escolas e jardins de infância já aderiram à Rede, envolvendo cerca de 120 docentes e beneficiando aproximadamente 2000 alunos, encontrando-se a trabalhar nos seus planos de implementação, construídos a partir das ideias recolhidas em processos participativos realizados com os alunos. Estes processos permitem que as crianças assumam um papel ativo na melhoria dos espaços escolares, contribuindo com propostas para tornar os recreios mais naturais, desafiantes e estimulantes.



Como forma de apoiar as escolas neste percurso, foi já dinamizado um workshop de 3 horas dedicado aos principais temas da Rede: Soluções baseadas na Natureza, métodos participativos e brincar livre. Este momento formativo procurou capacitar docentes e técnicos envolvidos, partilhando ferramentas e inspirações para a transformação dos espaços exteriores das escolas.

Encontra-se igualmente previsto um encontro de práticas da Rede Escola-Natureza, que permitirá a partilha de experiências, boas-práticas e ideias inspiradoras entre as escolas participantes.

A Rede Escola-Natureza pretende, assim, aproximar ainda mais os alunos do ambiente exterior, valorizar os espaços naturais nas escolas e potenciar oportunidades de brincar livre, criativo e desafiante, reconhecendo o re-



creio como um espaço essencial para o desenvolvimento físico, emocional e social das crianças. ■

PRINCÍPIO 8 – GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS

A Cidade Educadora construir-se-á a partir de um paradigma de governança em cuja conceção e consecução cooperarão tanto a administração pública como os cidadãos, numa colaboração que constitui uma das marcas distintivas da Cidade Educadora.

Promoverá a participação de todos os cidadãos, desde uma perspetiva crítica, construtiva e corresponsável, na gestão municipal e na vida comunitária, divulgando abertamente os processos de tomadas de decisão. Deverá contar com as instituições e organizações civis e sociais, tomando em consideração as iniciativas privadas e outras formas de participação espontânea. Para tal, o governo local fornecerá as informações necessárias com antecedência e promoverá, de modo transversal, orientações e atividades de formação desde a infância. No termo de um processo participativo, os resultados serão divulgados publicamente e serão analisados a eficácia e os limites do procedimento seguido.

As crianças, adolescentes e jovens serão reconhecidos como cidadãos do presente, com direito a participar na gestão e melhoria da vida comunitária, em igualdade de condições com os adultos, disponibilizando-se os canais e ferramentas adequados.



CÂMARA DE LOBOS

Grupo de Animação Intergeracional Sempre Jovem participa no Desfile de Carnaval 2026 com o tema “SAMBARELA... ENCANTO E MAGIA A DESFILAR”

A Divisão de Desenvolvimento Social da Câmara Municipal de Câmara de Lobos, através do Grupo de Animação Intergeracional Sempre Jovem e integrando o CACI – Centro de Atividades para Capacitação e Inclusão – Núcleo de Câmara de Lobos, participou no Desfile de Carnaval 2026 com o tema “SambarEla... Encanto e Magia a Desfilar”. Este projeto inclusivo reuniu crianças, jovens, adultos e idosos, promovendo a participação ativa da comunidade, o convívio intergeracional e a integração social. Este projeto existe desde 2008 e é hoje

uma iniciativa reconhecida pelo seu carácter inovador, integrador e culturalmente relevante. O tema inspirou-se na história da Cinderela, recriando momentos icónicos com trajes, adereços e coreografias que envolveram todo o público. O carro alegórico destacou a transformação da abóbora em carruagem, complementado por mascotes, varinhas, estrelas e tecidos brilhantes, criando um ambiente mágico e festivo. A presença dos utentes do CACI reforçou a dimensão inclusiva, garantindo oportunidades de participação e expressão cultural a pessoas com dife-

rentes necessidades. A colaboração da Banda Orquestral “Os Infantes”, da Presidência e de convidados especiais trouxe música, animação e energia ao desfile.

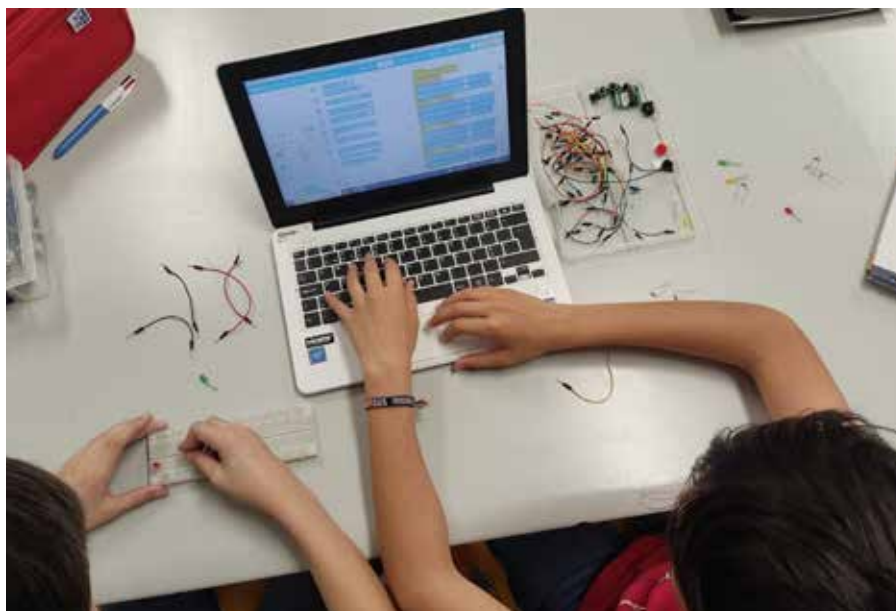
O projeto “SambarEla... Encanto e Magia a Desfilar” proporcionou momentos de alegria, aprendizagem e integração, valorizando a diversidade e fortalecendo os laços comunitários. Esta iniciativa reforça o compromisso da Câmara Municipal de Câmara de Lobos com a cultura, a inclusão e a participação de todos na vida socio-cultural do município. ■



PRINCÍPIO 17 – INCLUSÃO E COESÃO SOCIAL

As cidades devem desenvolver políticas preventivas contra os diversos mecanismos de violação de direitos, exclusão e marginalização. Devem dedicar uma atenção especial aos recém-chegados, migrantes ou refugiados, que têm o direito, para além da mobilidade entre países, de sentir livremente a cidade a que chegam como sua e que os seus interesses e necessidades específicos sejam valorizados, bem como os seus conhecimentos e as competências necessários para representarem um papel socialmente apreciado. Devem empenhar-se na promoção da coesão social entre os bairros e os seus habitantes de todas as condições. Por outro lado, e com o mesmo propósito, trabalharão com grupos autóctones estigmatizados e marginalizados.

A Cidade Educadora comprometer-se-á a erradicar todas as formas de violência e assédio, dedicando uma atenção especial à violência de género ou com base na identidade e orientação sexual, origem e etnia, idade, aparência física, etc..



COIMBRA

Projeto “Scratch4All”

O Projeto “Scratch4All” constitui uma iniciativa de inovação social, promovida pelo CASPAE, assumindo o Município de Coimbra o papel de investidor social, pela relevância e o impacto positivo que o projeto tem tido nos alunos e docentes envolvidos desde o ano de 2019.

O projeto tem como objetivo principal a promoção da literacia digital e do pensamento computacional desde a infância, através da oferta de atividades de iniciação à programação, estimulando simultaneamente competências que contribuem para a inclusão e sucesso escolar de crianças e jovens com necessidades específicas.

Enquanto oferta complementar de Iniciação à Programação no 1.º CEB, o projeto abrange todos os estabelecimentos de ensino dos seis Agrupamentos de Escolas, envolvendo alunos do 4.º ano, em contexto letivo e curricular. As sessões decorrem semanalmente, com a duração de 60 minutos, e incluem a utilização de software de programação para a conceção e implementação de atividades em Scratch, dinamizadas por técnicos especializados nas áreas da programação e/ou das Ciências da Educação.

O Scratch4All integra uma componente de educação inclusiva relevante, apoiando alunos com necessidades específicas e promovendo o trabalho cooperativo entre pares, através da participação dos colegas enquanto tutores, reforçando a entajuda e o envolvimento positivo na aprendizagem.

O projeto conta ainda com a parceria do Instituto Politécnico de Coimbra, que

participa ativamente no seu acompanhamento e é responsável pela criação de materiais específicos e adaptados, assegurando condições de equidade e plena participação de todos os alunos. Enquanto investidor social, o Município de Coimbra reafirma o seu compromisso com a inovação educativa, a igualdade de oportunidades e o combate ao insucesso escolar, trazendo para o território práticas pedagógicas que valorizam o brincar, a tecnologia e a aprendizagem colaborativa. ■

PRINCÍPIO 2 – POLÍTICA EDUCATIVA AMPLA

A cidade educadora promove o desenvolvimento pessoal, social e profissional de todas as pessoas, sem qualquer discriminação, através de políticas públicas inclusivas. Facilita o acesso equitativo a cultura, ao conhecimento, a ciência, a participação cidadã e a aprendizagem ao longo da vida, contribuindo para uma convivência democrática e para o bem-estar individual e coletivo.

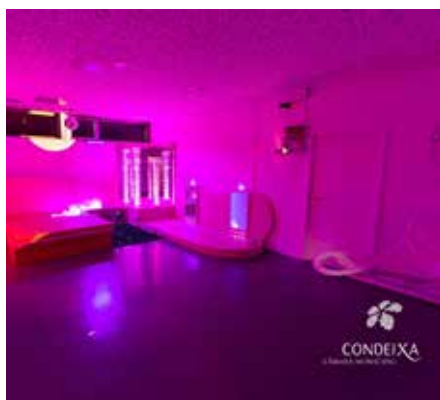
CONDEIXA-A-NOVA

Criação de Sala snoezelen

A Escola Básica N.º3 do Agrupamento de Escolas de Condeixa-a-Nova, já dispõe de um espaço multissensorial criado para estimular os sentidos e promover o relaxamento, inclusão e desenvolvimento cognitivo dos alunos. A sala é equipada com colunas de água, fibras óticas, tapete led sensorial, bolas de espelhos, luzes UV, painel Rhapsody, painel infinity, projetor, foco luz, tapete via láctea, baloiço suspenso, sons ambientes e materiais de diferentes texturas.

O espaço foi cuidadosamente planeado para proporcionar estímulos visuais, auditivos e tácteis de forma controlada, garantindo conforto, tranquilidade e segurança a quem o utiliza.





A criação desta sala multissensorial tem como objetivo contribuir para a inclusão de crianças com necessidades educativas especiais, reforçando o compromisso do Município e da escola com a melhoria contínua da qualidade de vida e do desenvolvimento educativo. ■

PRINCÍPIO 1 – EDUCAÇÃO INCLUSIVA A LONGO DA VIDA

O direito à Cidade Educadora é proposto como uma extensão do direito fundamental de todas as pessoas à educação. Todas as pessoas que habitam a cidade terão direito a usufruir, em condições de liberdade e igualdade, dos meios e oportunidades de formação, diversão e desenvolvimento pessoal que esta oferece. A cidade Educadora renova permanentemente o seu compromisso com a formação dos seus habitantes ao longo da sua vida nos mais diversos aspetos. E para que tal seja possível é preciso ter em conta todos os grupos, com as suas necessidades específicas.



ENTRONCAMENTO

Município do Entroncamento assinala datas dedicadas à Educação, à Não Violência Escolar e à Paz

O Município do Entroncamento, em colaboração com o Agrupamento de Escolas Cidade do Entroncamento, a Associação Tempos Brilhantes, o Centro de Ensino e Recuperação do Entroncamento, o Centro de Convívio da 3.ª Idade e os trabalhadores do município, assinalou o Dia Internacional da Educação, celebrado a 24 de janeiro, e o Dia da Não Violência Escolar e da Paz, comemorado a 30 de janeiro, através da produção de um vídeo simbólico gravado ao longo do mês de janeiro. Esta iniciativa conjunta pretendeu reforçar a importância da educação como pilar fundamental para o desenvolvimento individual e coletivo, bem como promover valores essenciais como o respeito, a tolerância, a inclusão e a convivência pacífica em contexto escolar e comunitário. O vídeo surge como um gesto representativo do compromisso destas entidades com a construção de uma sociedade mais justa, solidária e promotora da paz.

A celebração destas datas destacou ainda o papel determinante da cooperação entre instituições educativas, sociais e autárquicas na sensibilização da comunidade para a prevenção da violência e para a promoção de uma cultura de cidadania ativa e responsável. ■

Link para vídeo; <https://www.facebook.com/share/v/17nPimitxZ/>

PRINCÍPIO 2 – POLÍTICA EDUCATIVA AMPLA

Os municípios exercerão de modo eficaz as competências que lhes correspondem na educação. Seja qual for o âmbito destas competências, devem propor uma política educativa ampla, transversal e inovadora, incluindo todas as formas de educação formal, não formal e informal, bem como uma constante interação com as diversas manifestações culturais, fontes de informação e formas de descobrir a realidade que ocorrem na cidade e em cada um de seus bairros. As políticas municipais de educação serão sempre entendidas como referidas a um contexto mais vasto inspirado nos princípios de justiça social, igualdade, cidadania democrática, sustentabilidade, qualidade de vida e promoção de seus habitantes.

ÉVORA

A nossa voz: entre criação, participação e transformação

As chamadas à participação (open calls) são uma metodologia de envolvimento das comunidades prevista no Livro de Candidatura de Évora 2027 Capital Europeia da Cultura. A primeira destas *calls*, aberta entre 22 de setembro e 30 de novembro de 2025, dirigiu-se às escolas e envolve os 18 agrupamentos escolares do Alentejo Central, criando pontes entre a comunidade educativa e a visão transformadora de Évora_27.

A nossa voz convida jovens de todas as idades a expressarem as suas visões, sonhos e preocupações sobre o futuro da Europa, a partir dos seus próprios “palcos”. Sob orientação de um coletivo de artistas-mediadores, serão explorados territórios artísticos diversos – artes performativas, visuais, música, saber-fazer, arquitetura, design e cruzamentos disciplinares -, tendo como pano de fundo o conceito de Vagar, enraizado na identidade alentejana, e que estrutura a programação de Évora_27.

A par do trabalho artístico, os jovens aprenderão estratégias curatoriais, desenvolvendo capacidades para que as suas ideias de programação cultural possam complementar a oferta proposta por Évora_27 e responder aos interesses da sua geração. Esta dimensão é essencial, pois as vozes mais jovens nem sempre são contempladas: por vezes, os jovens são vistos apenas como recetores de conhecimento, e não como produtores de ideias, a serem ouvidas, refletidas e implementadas.

A nossa voz afirma os jovens como agentes de reflexão crítica e de construção de políticas culturais, capazes de inscrever no território as suas visões para as programações culturais do Alentejo.

Esta *call* não é apenas sobre arte e educação; é sobre criar espaços de escuta, diálogo e partilha, onde as escolas se afirmam como ágoras de conhecimento e como territórios



férteis para preparar e transformar a paisagem cultural que as novas gerações habitam e ajudam a definir. ■

PRINCÍPIO 4- ACESSO À CULTURA

A Cidade Educadora promoverá o direito à cultura e a participação de todas as pessoas, sobretudo dos grupos em situação de maior vulnerabilidade, na vida cultural da cidade como forma de inclusão, promovendo o sentimento de pertença e de boa coexistência. Para além da fruição dos bens culturais, esta participação cultural incluirá o contributo que todos os cidadãos podem dar para uma cultura viva e em mudança e o envolvimento da sociedade civil na gestão de equipamentos e iniciativas culturais.

FUNCHAL

Estratégia Local para os Direitos da Criança

O Funchal integra a rede Cidades Amigas das Crianças desde 2017, tendo sido reconhecido oficialmente pela UNICEF em fevereiro de 2019, após a elaboração e execução do Plano de Ação Local 2019-2022 e a constituição de um Mecanismo de Coordenação. No âmbito deste programa, o Município desenvolveu a Estratégia Local para os Direitos das Crianças (2024-2027), reforçando o compromisso com a promoção dos direitos das crianças através de uma abordagem hetero-

génea, colaborativa e com influência nas diversas esferas da ação municipal. Esta define medidas e políticas de intervenção ajustadas ao território, envolvendo diferentes serviços municipais e entidades parceiras, estruturando-se em cinco eixos: Não Discriminação, Participação, Acesso a Serviços de Qualidade, Proteção e Ambiente Familiar, Brincar e Lazer. A construção da estratégia assenta numa metodologia participada, envolvendo o Município, os integrantes do Me-

...medidas e políticas de intervenção ajustadas ao território, envolvendo diferentes serviços municipais e entidades parceiras, estruturando-se em cinco eixos: Não Discriminação, Participação, Acesso a Serviços de Qualidade, Proteção e Ambiente Familiar, Brincar e Lazer.



canismo de Coordenação, entidades públicas e privadas e, como pilar central, a participação direta de crianças e jovens. Neste processo foram criados mecanismos de participação que permitiram às crianças expressar opiniões e apresentar sugestões sobre assuntos que lhes dizem respeito. Para garantir a diversidade de contributos foram de-

envolvidas diferentes metodologias, nomeadamente: diagnóstico participado onde foram inquiridas 10% das crianças matriculadas em escolas do 1.º ciclo do concelho e focus group com a participação de jovens representantes de associações juvenis. Foram ainda dinamizadas iniciativas que incentivam a participação ativa das crianças e jovens, como os projetos Crianças em Participação e Jovens em Participação, a implementação do projeto MyPolis, a criação de categorias no Orçamento Participativo Municipal – Escolar e Juvenil, a dinamização do Conselho Municipal de Juventude e o Plano Municipal de Formação Jovem – Educa-te. ■

PRINCÍPIO 8 – GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS

...As crianças, adolescentes e jovens serão reconhecidos como cidadãos do presente, com direito a participar na gestão e melhoria da vida comunitária, em igualdade de condições com os adultos, disponibilizando-se os canais e ferramentas adequados.

GUIMARÃES

Pausas Letivas com Inclusão

O projeto “Pausas Letivas com Inclusão”, promovido pelo Município de Guimarães, foi desenvolvido com o objetivo de responder às necessidades das famílias de alunos abrangidos pela educação inclusiva com medidas adicionais, designadamente alunos com perturbação do espectro do autismo e multideficiência.

Durante as interrupções letivas, muitas famílias enfrentavam dificuldades em encontrar respostas adequadas, seguras e pedagogicamente orientadas para os seus educandos. Neste contexto, o Município estruturou um programa de acompanhamento especializado que garante atividades educativas, terapêuticas e lúdicas em ambiente inclusivo nos períodos de interrupção letiva e mês de julho. Atualmente, a iniciativa envolve alunos provenientes de cinco agrupamentos de escolas do concelho de Guimarães.

A implementação do projeto resulta de uma estreita articulação entre o Município e os agrupamentos de escolas. O Município assegura as refeições, o transporte para as atividades e a contratação de serviços especializados para a dinamização de atividades. As escolas, por sua vez, disponibilizam os espaços físicos e asseguram o acompanhamento dos alunos, garantindo as condições necessárias ao desenvolvimento das atividades.

O programa integra ainda parcerias com diversas entidades locais, designadamente o Laboratório da Paisagem, o Centro de Ciência Viva, a Cruz Vermelha Portuguesa, o Centro Hípico da Pena Brava, a Biblioteca Municipal e o Arquivo Municipal. Entre as atividades desenvolvidas destacam-se experiências de ciência ambiental e ecológica, iniciativas de inclusão digital, atividades na praia/piscina e em quinta pedagógica, interação com cavalos, visitas



ao centro histórico da cidade e aos seus museus, entre outras.

Esta boa prática promove a inclusão, o desenvolvimento pessoal e social dos alunos e reforça o compromisso do Município com políticas educativas que valorizam a equidade, a participação e o bem-estar das crianças e das suas famílias. ■

PRINCÍPIO 17 – INCLUSÃO E COESÃO SOCIAL
A cidade educadora deverá promover a inclusão, a coesão social e combater as desigualdades, garantindo oportunidades educativas e de desenvolvimento para todas as pessoas, com especial atenção aos grupos mais vulneráveis.

LAGOA- -AÇORES

Biblioteca Municipal Tomaz Borba Vieira disponibiliza acervo em braille com iniciativa “A LEITURA É PARA TODOS: AGORA TAMBÉM EM BRAILLE!”

O Município de Lagoa-Açores, através da Biblioteca Municipal Tomaz Borba Vieira, disponibiliza ao público um novo acervo dedicado às pessoas com deficiência visual.

Este acervo bibliográfico é composto por 43 monografias e periódicos especialmente selecionados, incluindo obras de literatura infantojuvenil e literatura para o público adulto. A iniciativa reforça o compromisso da biblioteca com a igualdade de direitos e com a democratização do conhecimento, sendo igualmente intuito ampliar o seu público e afirmar a biblioteca como espaço mais inclusivo, onde todos podem desenvolver habilidades, adquirir informação e desfrutar do prazer da leitura.

A ação “A leitura é para todos: agora também em Braille!” foi apresentada numa cerimónia que contou com a presença da ACAPO – Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal e uma turma do 2.º ciclo de alunos da Escola Básica Integrada de Lagoa, de forma a





sensibilizar o público mais jovem, bem como a comunidade em geral, sobre a importância de instituições culturalmente acessíveis, através de atividades pedagógicas de exploração de livros em braille e para amblíopes. ■

PRINCÍPIO 1 – EDUCAÇÃO INCLUSIVA AO LONGO DA VIDA

O direito à Cidade Educadora é proposto como uma extensão do direito fundamental de todas as pessoas à educação. Todas as pessoas que habitam a cidade terão direito a usufruir, em condições de liberdade e igualdade, dos meios e oportunidades de formação, diversão e desenvolvimento pessoal que esta oferece. [...]

E para que tal seja possível, é preciso ter em conta todos os grupos, com as suas necessidades específicas. O governo e a administração municipal implementarão políticas destinadas a remover obstáculos de qualquer natureza que prejudiquem o direito à igualdade e à não discriminação.

LAGOA- ALGARVE

Percurso Integrado do Município de Lagoa na Promoção da Igualdade de Género e da Cidadania

O Município de Lagoa tem vindo a desenvolver um percurso consistente e estruturado na promoção da Igualdade de Género (IG) e da Cidadania, integrando esta dimensão de forma transversal nas suas políticas, planeamento estratégico e intervenção comunitária.

Este compromisso concretizou-se através da elaboração e implementação de sucessivos Planos Municipais para a Igualdade e Não Discriminação desde 2012, sustentados por diagnósticos locais que permitiram identificar necessidades específicas do território, definir prioridades e implementar medidas ajustadas à realidade municipal. A abordagem adotada assenta na articulação intersectorial e na integração da perspetiva de género em diferentes áreas de atuação, desde a educação à ação social, cultura, desporto e recursos humanos.

Em 2018 foi criado o Prémio Maria Barroso, atualmente com uma dotação de 15.000€ e em 2022 a campanha digital Rostos da Igualdade, que aborda diferentes visões e vivências sobre a igualdade, tendo este ano sido a visão das pessoas jovens sobre as conquistas e sobre o caminho que ainda falta percorrer.



O reconhecimento deste trabalho tem sido reiterado pela atribuição do Prémio Viver em Igualdade, promovido pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, distinguindo as boas práticas municipais no domínio da igualdade, inclusão e não discriminação.

Simultaneamente reforçou a sua estrutura interna através da criação de um Gabinete para a Igualdade de Género e Cidadania e da definição de um Pelouro com responsabilidade política nesta área, garantindo a coordenação, a monitorização e a sustentabilidade das medidas implementadas.

Este percurso consolidado traduz-se numa cultura organizacional mais inclusiva e numa intervenção territorial mais consciente das desigualdades estruturais, estando atualmente abertas as candidaturas para a 5.ª edição do Prémio Maria Barroso até 30 de novembro, reafirmando o compromisso contínuo do Município de Lagoa com a promoção da igualdade e da cidadania plena. ■



PRINCÍPIO 3 – DIVERSIDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO

A cidade promoverá a educação na diversidade para a compreensão, cooperação solidária internacional, reconhecimento e respeito pelos povos indígenas e outros grupos étnicos objeto de discriminação, bem como a paz no mundo. Uma educação que combata qualquer forma de discriminação. Promoverá a liberdade de expressão e religião, a diversidade cultural, o diálogo e a escuta ativa em condições de igualdade. Acolherá todas as iniciativas consistentes com estes objetivos, independentemente da sua origem. Ajudará a corrigir desigualdades decorrentes da classe social, origem, etnia, género, idade, orientação sexual, diversidade funcional ou qualquer outra. Ao mesmo tempo, promoverá a valorização, o conhecimento, a aprendizagem e o uso das línguas presentes na cidade como elemento integrador e fator de coesão entre as pessoas.

LAGOS

GPS – Guia para o Sucesso

O GPS – Guia para o Sucesso é um espaço informal de diálogo, partilha e aprendizagem, onde os técnicos da Câmara Municipal de Lagos, podem partilhar as suas experiências académicas e a diversidade de saídas profissionais possíveis para uma mesma habilitação escolar, aproximando assim os jovens da realidade profissional local.

O objetivo é apoiar os alunos no processo de escolha vocacional, para que estejam mais bem informados e esclarecidos, no momento de tomada decisão, quanto ao seu futuro académico e profissional.

O GPS é também uma oportunidade única para aproximar os jovens das diversas profissões representadas na Câmara Municipal de Lagos, fomentando o interesse pela carreira pública e o reconhecimento das diferentes áreas de atuação dentro do Município.

Num formato de mesa-redonda, as sessões do GPS são organizadas por nível de escolaridade e área académica (Ciências e Tecnologias, Ciências Socioeconómicas, Línguas e Humanidades e Artes Visuais), consoante a disponibilidade e a habilitação académica dos técnicos do Município. Pretende-se que os técnicos de diferentes áreas tragam o testemunho da sua habilitação escolar, com referências ao seu percurso de formação académico e profissional e às oportunidades do mercado de trabalho na sua área, bem como às características/competências, funções e responsabilidades, do seu trabalho atual.

Os profissionais também podem abordar os motivos que levaram à escolha da sua profissão, os aspetos mais e menos agradáveis da sua atividade e as suas ro-

tinhas diárias. Podem ainda manifestar como se sentem em relação à sua escolha profissional e académica, nomeadamente, o entusiasmo, a motivação, o gosto, a paixão e a realização pessoal que sentem no desempenho da sua atividade.

Pretende-se que os técnicos incentivem os jovens a alargar horizontes e compreender a importância do trabalho, do empenho e da dedicação, para alcançarem objetivos, tanto a nível pessoal como profissional. ■

PRINCÍPIO 16 – ORIENTAÇÃO E INSERÇÃO LABORAL INCLUSIVA

A cidade deve oferecer aos seus habitantes a perspectiva de ocuparem um lugar na sociedade. Deve, também, proporcionar-lhes o aconselhamento necessário para a sua orientação pessoal e profissional, promovendo o empreendedorismo. As cidades trabalharão em prol de uma oferta de estudos, profissões e comércio livres de estereótipos de género. No campo específico da relação educação-trabalho, deve promover uma relação estreita entre os planos educativos, as necessidades do mercado de trabalho e a comunidade. Neste sentido, as cidades definirão estratégias de formação de carácter formal e não formal ao longo da vida, bem como de acompanhamento de grupos em situação de desigualdade, exclusão ou inseridos na economia não formal, que lhes permitam melhorar a sua qualidade de vida. Assim, cooperarão com organizações sindicais e empresariais na criação de empregos que possibilitem a sua inserção sociolaboral.



LISBOA

Programa DESCOLA – Atividades Criativas para Alunos e Professores

O Programa DESCOLA concretiza o princípio do Direito à Cidade Educadora, no âmbito da Carta das Cidades Educadoras, através de uma abordagem integrada, inclusiva e participativa na relação entre educação e cultura. Promovido pelo Município de Lisboa, sob a tutela da Direção Municipal de Cultura e em parceria com a EGEAC, o DESCOLA resulta de um trabalho articulado entre diversos equipamentos culturais, como teatros, museus, bibliotecas, monumentos

e arquivos, assumindo-se como uma política educativa ampla, transversal e inovadora.

Este programa promove uma educação inclusiva ao longo da vida, ao reconhecer que a aprendizagem ocorre em



múltiplos contextos – formais, não formais e informais. Ao aproximar escolas e equipamentos culturais, cria oportunidades para que alunos e professores participem em processos educativos criativos, valorizando tanto os saberes académicos como as experiências culturais e artísticas. Assim, contribui para o desenvolvimento de competências essenciais inscritas no referencial do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, estimulando o pensamento crítico, a criatividade e outras competências como a participação ativa na sociedade.

O DESCOLA, valoriza igualmente a diversidade e a não discriminação, garantindo o acesso equitativo aos recursos culturais e educativos da cidade. Ao promover projetos dos espaços

culturais junto da comunidade escolar, reforça o acesso à cultura como um direito fundamental, permitindo que todos os alunos, independentemente do seu contexto, possam usufruir e participar na vida cultural de Lisboa.

Outro aspeto central do programa é o incentivo ao diálogo intergeracional e à construção de comunidades de aprendizagem. Ao envolver mediadores culturais, artistas, professores e alunos, fomenta a partilha de saberes, experiências e perspetivas, reforçando o papel da cidade como um espaço educativo vivo e dinâmico.

Desta forma, o DESCOLA contribui para afirmar Lisboa como uma verdadeira Cidade Educadora, onde a educação se constrói em rede, ao longo da vida, e em estreita ligação com a cul-

tura, a cidadania e o desenvolvimento sustentável. ■

PRINCÍPIO1 – EDUCAÇÃO INCLUSIVA AO LONGO DA VIDA

O direito à Cidade Educadora é proposto como uma extensão do direito fundamental de todas as pessoas à educação. Todas as pessoas que habitam a cidade terão direito a usufruir, em condições de liberdade e igualdade, dos meios e oportunidades de formação, diversão e desenvolvimento pessoal que esta oferece. A Cidade Educadora, renova permanentemente o seu compromisso com a formação dos seus habitantes ao longo da vida nos mais diversos aspetos. E para que tal seja possível, é preciso ter em conta todos os grupos, com as suas necessidades específicas. O governo e a administração municipal implementarão políticas destinadas a remover obstáculos de qualquer natureza que prejudiquem o direito à igualdade e à não discriminação. Tanto a administração municipal, quanto outras administrações que afetam a cidade, serão responsáveis por isso. Os cidadãos, também deverão comprometer-se com este projeto, pessoalmente ou através das diferentes formas de associação em que estiverem organizados.

LOULÉ

Voluntariado Jovem

O município estimula o associativismo colaborativo e o voluntariado como formas de participação e corresponsabilidade cívica, de maneira a canalizar ações ao serviço da comunidade. Neste âmbito a Câmara Municipal de Loulé desenvolve, através do Serviço de Proteção Civil Segurança e Florestas (SMPCSF), com o apoio das juntas de freguesia de Alte, Ameixial, Salir e União de Freguesias Querença, Tôr e Benafim o programa “Vigilância Florestal – Voluntariado Jovem” destinado a jovens em período de férias escolares.

A atividade decorre nos meses de julho e agosto, conta com a participação de cerca de 60 jovens com idades compreendidas entre os 12 e 17 anos, organizados por 8 Brigadas compostas por 7 elementos, sempre acompanhados por um monitor.

As Brigadas realizam a vigilância em dias alternados durante duas semanas, com caminhadas pelos espaços rurais nas diferentes freguesias do interior do Concelho de Loulé.

A ação tem como objetivo a prevenção e deteção de fogos florestais, a sensibilização e informação à população, para além da aprendizagem relacionada com os incêndios florestais e das caminhadas ao ar livre, de forma a ganharem sensibilidade para a valorização do património ambiental. O programa favorece as relações interpessoais entre os elementos dos grupos, despertando o interesse pelo voluntariado e pela preservação da natureza que é património de todos.



LOURES

Transporte municipal adaptado promove inclusão e acesso à educação no concelho de Loures

Garantir a igualdade de acesso à educação para todas as crianças e jovens é uma prioridade do Município de Loures. Neste contexto, o município disponibiliza um serviço de transporte escolar adaptado destinado a alunos com Necessidades de Saúde Especiais (NSE), promovendo a sua plena participação na vida escolar. Este apoio abrange alunos com mobilidade reduzida ou com

beneficiam deste serviço, sendo 23 de escolas do concelho e 19 de estabelecimentos fora do concelho. A operacionalização envolve uma equipa dedicada de cerca de 20 assistentes operacionais e 16 motoristas, utilizando 7 carrinhas municipais em circuitos diários, das 6h às 12h e das 13h às 19h, assegurando deslocações seguras entre casa e escola.



No encerramento de cada brigada, os participantes têm a oportunidade de conhecer a Unidade Avançada de Proteção Civil em Vale Maria Dias (UAVMD), onde é desenvolvido o contacto com as Equipas Municipais de Intervenção Florestal (EMIF) e Sapadores Florestais (SF), contactando diretamente com os equipamentos usados pelas equipas na sua atividade diária durante o período de maior risco de incêndio, assim como com a brigada a cavalo da GNR que colabora no mesmo objetivo. ■

PRINCÍPIO 19 – PROMOÇÃO DO ASSOCIATIVISMO E DO VOLUNTARIADO

A cidade estimulará o associativismo colaborativo e o voluntariado como formas de participação e corresponsabilidade cívica, de maneira a canalizar ações ao serviço da comunidade e obter e divulgar informações, materiais e ideias para o desenvolvimento integral das pessoas.

condições de saúde que dificultem o uso de transportes coletivos, bem como aqueles com dificuldades acentuadas e persistentes na comunicação, interação, cognição ou aprendizagem.

O acesso ao transporte adaptado é efetuado mediante pedido dos Agrupamentos de Escolas e validação pelos serviços competentes do Ministério da Educação, nomeadamente pela Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE). Para usufruir deste serviço, os alunos devem residir no concelho, frequentar estabelecimentos de ensino da rede pública e ter o pedido formalmente validado. Por opção do município, este apoio é estendido a alunos com NSE até aos 21 anos, incluindo casos de continuidade, mesmo sem validação formal da DGEstE.

No ano letivo de 2025/2026, 42 alunos

Esta medida reflete o compromisso do Município de Loures com a inclusão educativa, garantindo que todos os alunos, independentemente das suas condições de saúde ou mobilidade, possam exercer plenamente o seu direito à educação e participar ativamente na vida escolar. ■

PRINCÍPIO 1 – EDUCAÇÃO INCLUSIVA AO LONGO DA VIDA

O direito à Cidade Educadora é proposto como uma extensão do direito fundamental de todas as pessoas à educação. Todas as pessoas que habitam a cidade terão direito a usufruir, em condições de liberdade e igualdade, dos meios e oportunidades de formação, diversão e desenvolvimento pessoal que esta oferece. A Cidade Educadora renova permanentemente o seu compromisso com a formação dos seus habitantes ao longo da vida nos mais diversos aspetos. E para que tal seja possível, é preciso ter em conta todos os grupos, com as suas necessidades específicas. (...)

LOUSÃ

O Teatro Municipal da Lousã: Um ano e meio de impacto cultural

Com mais de sete décadas gravadas na memória coletiva da vila, o Teatro Municipal da Lousã reabriu portas em outubro de 2024, após uma profunda intervenção que devolveu à população um espaço inteiramente renovado. Mais do que um edifício, é um lugar de encontro e pertença — comprometido, dia após dia, com o acesso à cultura através de uma programação plural, capaz de chegar a todos os gostos e gerações.

... criação de condições efetivas para que projetos e ideias ganhem forma — gerando partilha, encontro e estímulo criativo entre todos os que integram esta rede.

Pensado para quem vive na Lousã e nos concelhos vizinhos, o Teatro afirma-se igualmente como palco de acolhimento de espetáculos e atividades de alcance nacional e internacional. Desde a reabertura, tem desenvolvido um trabalho consistente nas áreas da mediação, capacitação e envolvimento comunitário, materializado no seu Projeto Educativo. Espetáculos, sessões de cinema, oficinas e ensaios abertos estendem a programação para lá das suas salas, cruzando-se com a escola, as associações e os agentes culturais do território.



O dinamismo do associativismo lousanense encontra no Teatro um aliado ativo. Para além da cedência de espaços, a aposta passa pela criação de condições efetivas para que projetos e ideias ganhem forma — gerando partilha, encontro e estímulo criativo entre todos os que integram esta rede. É com esta convicção que o Município da Lousã e a equipa do Teatro continuam o caminho iniciado em 2024, mantendo vivo um espaço de cultura, participação, pensamento crítico e transformação coletiva. ■

PRINCÍPIO 4 – ACESSO À CULTURA

A Cidade Educadora promoverá o direito à cultura e a participação de todas as pessoas, sobretudo dos grupos em situação de maior vulnerabilidade, na vida cultural da cidade como forma de inclusão, promovendo o sentimento de pertença e de boa coexistência. Para além da fruição dos bens culturais, esta participação cultural incluirá o contributo que todos os cidadãos podem dar para uma cultura viva e em mudança e o envolvimento da sociedade civil na gestão de equipamentos e iniciativas culturais. Por sua vez, a Cidade Educadora estimulará a educação artística, a criatividade e a inovação, promovendo e apoiando iniciativas culturais, tanto de vanguarda, como de cultura popular, como meio de desenvolvimento pessoal, social, cultural e económico.

LOUSADA

Caderno de Atividades – Pré-Sea



O Município de Lousada lançou, em 2022, um inovador Caderno de Atividades dirigido a crianças em idade pré-escolar e às suas famílias, no âmbito do projeto Pré-SEA (Sinalização, Encaminhamento e Acompanhamento), integrado no Programa DICAS – Diversidade, Inclusão, Complexidade, Autonomia e Solidariedade. A iniciativa pretende reforçar o papel das famílias no desenvolvimento e no percurso educativo das crianças, promovendo uma participação mais ativa desde os primeiros anos.

Com mais de uma década de implementação, o Programa DICAS afirma-se como uma resposta estruturada, multidisciplinar e inovadora aos desafios educativos, sociais e emocionais de crianças e jovens do concelho. Através de uma intervenção integrada nos contextos escolar, familiar e comunitário, tem vindo a promover o sucesso educativo, a inclusão social e o fortalecimento das famílias.

Neste enquadramento, o Caderno de Atividades surge como uma ferramenta pioneira ao nível do pré-escolar em Portugal. Desenvolvido pelo Município de Lousada, resulta de um processo contínuo de adaptação às necessidades identificadas nas escolas e nas famílias, privilegiando uma intervenção cada vez mais precoce e preventiva face ao insucesso escolar.

Sob o lema “Aprende e diverte-te em família”, o caderno reúne conteúdos informativos e propostas práticas que estimulam competências essenciais ao desenvolvimento infantil, nomeadamente as aptidões locomotoras e manipulativas, a compreensão visual, a linguagem, a interação social e a autonomia. As atividades foram concebidas para serem realizadas em contexto familiar, promovendo momentos de aprendizagem partilhada e de qualidade.

O recurso inclui ainda orientações dirigidas aos encarregados de educação sobre a fase de desenvolvimento das crianças entre os quatro e os cinco anos, reforçando a importância de uma colaboração próxima entre escola e família — um fator determinante para o sucesso educativo.

Com esta iniciativa, Lousada reforça o seu compromisso com uma educação inclusiva, participativa e centrada na criança, onde a família assume um papel fundamental na construção de percursos educativos bem-sucedidos. ■

PRINCÍPIO 2 – POLÍTICA EDUCATIVA AMPLA

Os Municípios exercerão de modo eficaz as competências que lhes correspondem na educação. Seja qual for o âmbito destas competências, devem propor uma política educativa ampla, transversal e inovadora, incluindo todas as formas de educação formal, não formal e informal, vem como uma constante interação com as diversas manifestações culturais, fontes de informação e formas de descobrir a realidade que ocorrem na cidade e em cada um dos seus bairros.

MARCO DE CANAVESES

Concertos Pedagógicos Orquestra do Norte

Mais de 400 alunos/as assistiram aos Concertos Pedagógicos da Orquestra do Norte

O Município do Marco de Canaveses promoveu dois Concertos Pedagógicos com a Orquestra do Norte, cujo tema era o “Pedro e Lobo” direcionado aos/as alunos/as do 5.º e

6.º anos da Escola Básica EB 2,3 Carmen Miranda e da Escola Básica n.º 1 do Marco.

A iniciativa envolveu cerca de 410 alunos e integrou o Plano Municipal de Educação, com o objetivo de consolidar conteúdos musicais trabalhados em contexto escolar e, si-



multaneamente, despertar o interesse dos mais jovens pela música clássica.

Durante os concertos, os/as alunos/as tiveram a oportunidade de conhecer melhor os instrumentos que compõem uma orquestra, as diferentes famílias de instrumentos e o papel de cada músico na construção do som coletivo.

A Orquestra do Norte, sediada em Amarante, constituída por 34 elementos, é uma das mais reconhecidas formações orquestrais do país, desenvolvendo um trabalho regular de divulgação da música clássica e de aproximação das comunidades à cultura. Para além da sua atividade artística, destaca-se também pelo forte investimento em projetos educativos e pedagógicos, levando a música orquestral a públicos de todas as idades, especialmente aos mais jovens.

A sessão contou ainda com a presença da vereadora da Educação, Raquel Pereira, que destacou a importância destas iniciativas na formação cultural e artística das crianças e jovens do concelho, reforçando o compromisso do Município na promoção do acesso à cultura e à educação artística. ■

PRINCÍPIO 4 – ACESSO À CULTURA

A Cidade Educadora promoverá o direito à cultura e a participação de todas as pessoas, sobretudo do grupo em situação de maior vulnerabilidade, na vida cultural da cidade como forma de inclusão, promovendo o sentimento de pertença e de boa coexistência. Para além da fruição dos bens culturais, esta participação cultural incluirá o contributo que todos os cidadãos podem dar para uma cultura viva e em mudança e o envolvimento da sociedade civil na gestão de equipamentos e iniciativas culturais.

Por sua vez, a Cidade Educadora estimulará a educação artística, a criatividade e a inovação promovendo e apoiando iniciativas culturais, tanto de vanguarda, como de cultura popular, como meio de desenvolvimento pessoal, social, cultural e económico.

MATOSINHOS

Plano de Formação Concelhio do Pessoal Não Docente dos AE/ENA de Matosinhos



Matosinhos deu um passo decisivo ao criar, pela primeira vez, um Plano de Formação Concelhio para o Pessoal Não Docente, fruto da estreita colaboração entre a autarquia, as escolas e o Centro de Formação da Associação de Escolas. Com este plano único identificaram-se as necessidades de formação e estruturaram-se as respostas formativas de modo mais articulado, transparente e eficaz.

O primeiro plano foi construído para o biénio 2022/23-2023/24, tendo sido realizados 56 cursos, 196 ações de formação e dadas 1371 horas de formação.

Dando continuidade a este caminho, encontra-se em execução o Plano de Formação Concelhio para 2023/24-2025/26, que prevê 341 ações de formação, refletindo o compromisso com a valorização contínua destes profissionais.

Tem sido uma prioridade investir estratégica e continuamente na formação do pessoal não docente, dotando-os de competências em diversas áreas que respondem às exigências atuais do sistema educativo e às necessidades das comunidades que servem. Entre estas, destacam-se as competências digitais; as línguas estrangeiras, nomeadamente o inglês; conhecimento sobre as necessidades educativas especiais; as competências relacionais e interpessoais com alunos e entre equipas; saúde mental; intervenção em primeiros socorros; higiene e segurança; desenvolvimento infantil e dinamização de atividades educativas; e organização e gestão das bibliotecas escolares.

Continuamos a apostar também em formação especializada para os serviços administrativos, permitindo moderni-

...investir
estratégica e
continuadamente
na formação
do pessoal não
docente...



zar procedimentos, otimizar e agilizar processos internos, fatores indispensáveis para o bom funcionamento das escolas.

Matosinhos afirma, assim, a educação ao longo da vida como um pilar fundamental, promovendo a atualização contínua e a valorização profissional de todos os que contribuem para uma escola mais inclusiva e de qualidade. ■

PRINCÍPIO 2 – POLÍTICA EDUCATIVA AMPLA

Os Municípios exercerão de modo eficaz as competências que lhes correspondem na educação. Seja qual for o âmbito destas competências, devem propor uma política educativa ampla, transversal e inovadora, incluindo todas as formas de educação formal, não formal e informal.



MEALHADA Comunica-te Jovem!

A Câmara Municipal da Mealhada, no âmbito das suas competências na área da Juventude, tem por objetivo realizar um ponto de situação do trabalho desenvolvido com os jovens, bem como identificar as suas novas motivações e recolher as respetivas propostas, nas diversas freguesias do concelho, através da atividade Comunica-te Jovem!

A dinâmica destas sessões assenta numa metodologia participativa, que promove o diálogo em pequenos grupos, num ambiente informal e colaborativo, incentivando a partilha de ideias e a construção coletiva de soluções.

Após o tratamento e a sistematização dos contributos recolhidos nas várias freguesias, os resultados serão analisados em sede do Conselho Municipal da Juventude da



Mealhada, onde serão debatidas as principais conclusões e identificadas prioridades de intervenção.

Com esta iniciativa, a Câmara da Mealhada reforça o seu compromisso de construir políticas de juventude com base na auscultação ativa, colocando a participação jovem como prioridade na definição das decisões municipais. ■

PRINCÍPIO 3

A cidade educadora deverá encorajar o diálogo entre gerações, não somente enquanto fórmula de coexistência pacífica, mas como procura de projetos comuns e partilhados entre grupos de pessoas de idades diferentes. Estes projetos, deverão ser orientados para a realização de iniciativas e ações cívicas, cujo valor consistirá precisamente no carácter intergeracional e na exploração das respetivas capacidades e valores próprios de cada idade.

MOURA

Um dia na Presidência

A iniciativa “Um dia na Presidência” dá a oportunidade às crianças do 4.º ano do ensino básico das escolas do concelho de Moura de acompanhar o trabalho do Presidente da Câmara Municipal de Moura e restantes membros do Executivo, conhecendo os serviços e competências da autarquia.

As crianças participam em reuniões de trabalho, conhecem os procedimentos internos, observam como se analisam situações e tomam decisões, visitam obras em curso, conhecem os diversos serviços da Câmara Municipal de Moura e propõem soluções para problemas existentes.

Esta atividade realiza-se durante um dia completo sendo o seu programa ajustado aos interesses dos alunos e turma, assim com da sua localidade de residência. O programa tem a periodicidade mensal e é articulada com a disponibilidade manifestada pelo docente, de forma a procederem à escolha dos seus representantes (processo democrático entre pares) e acolhimento do Presidente da autarquia num momento posterior à visita à Câmara Municipal de Moura, para responder a todas as questões que os alunos de toda a turma queiram apresentar.

A atividade permite o acompanhamento do trabalho do Presidente de Câmara nas suas várias tarefas e funções, o conhecimento dos serviços da autarquia, a recolha junto das crianças de ideias e soluções válidas para a comunidade, o contributo para os valores e atitudes na formação de cidadãos ativos, críticos e participativos na sociedade, o reforço do compromisso com a educação cívica e o envolvimento das crianças na comunidade, bem como a colaboração de todos na construção duma sociedade mais participativa e democrática na vida do concelho.

Em junho, no âmbito das comemorações do Dia da Criança, todos os repre-



sentantes de turma se reúnem numa sessão de Assembleia Infantil para discussão coletiva sobre esta experiência e contributos para o futuro e para o território. ■

PRINCÍPIO 8 – GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS

A Cidade Educadora construir-se-á a partir de um paradigma de governança em cuja conceção e consecução cooperarão tanto a administração pública como os cidadãos, numa colaboração que constitui uma das marcas distintivas da Cidade Educadora. Promoverá a participação de todos os cidadãos, desde uma perspetiva crítica, construtiva e corresponsável, na gestão municipal e na vida comunitária, divulgando abertamente os processos de tomadas de decisão. Deverá contar com as instituições e organizações civis e sociais, tomando em consideração as iniciativas privadas e outras formas de participação espontânea. Para tal, o governo local fornecerá as informações necessárias com antecedência e promoverá, de modo transversal, orientações e atividades de formação desde a infância. No termo de um processo participativo, os resultados serão divulgados publicamente e serão analisados a eficácia e os limites do procedimento seguido.

As crianças, adolescentes e jovens serão reconhecidos como cidadãos do presente, com direito a participar na gestão e melhoria da vida comunitária, em igualdade de condições com os adultos, disponibilizando-se os canais e ferramentas adequados.

ODEMIRA

Programa Integrado de Sensibilização Atividade de Demonstração de meios de Proteção Civil – práticas simuladas

O território do Concelho de Odemira encontra-se exposto a diversos riscos de acidentes graves e/ou catástrofes, de origem natural e tecnológica, tornando-se, por isso, essencial a adoção de estratégias eficazes de prevenção. Preparar a população para a resposta a situações inesperadas que possam interromper o quotidiano constitui um passo fundamental para a redução de vulnerabilidades e o reforço da segurança coletiva.

Neste contexto, a prevenção assume-se como uma boa prática essencial, sendo determinante investir na capacitação da comunidade em geral e da comunidade escolar. A aposta na sensibilização contínua permite dotar os cidadãos de conhecimentos e competências que favorecem uma atuação adequada em contexto escolar, familiar e social, promovendo comportamentos responsáveis e informados.

É neste sentido que surge o Programa Integrado de Sensibilização, desenvolvido no âmbito da cooperação entre o

A aposta na sensibilização contínua permite dotar os cidadãos de conhecimentos e competências que favorecem uma atuação adequada em contexto escolar, familiar e social, promovendo comportamentos responsáveis e informados.



Serviço Municipal de Proteção Civil de Odemira, os diversos agentes de proteção civil e entidades parceiras, como a Guarda Nacional Republicana, a Polícia Marítima, as Associações de Nadadores-Salvadores e as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários. Esta iniciativa assenta numa abordagem integrada de informação e sensibilização, orientada para a promoção de boas práticas no quotidiano. Durante o mês de março, para além das ações que decorrem ao longo de todo o ano letivo, assinala-se o Dia Internacional da Proteção Civil, através da realização de uma exposição de meios, com exercícios práticos simulados, ações de sensibilização e o contacto direto com os diferentes agentes de proteção civil, constituindo um importante momento



de aprendizagem ativa. Esta iniciativa reforça a consciência do relevante contributo individual na construção de uma comunidade mais resiliente, preparada e informada. ■

PRINCÍPIO 2 – POLÍTICA EDUCATIVA AMPLA

Os municípios exercerão de modo eficaz as competências que lhes correspondem na educação. Seja qual for o âmbito destas competências, devem propor uma política educativa ampla, transversal e inovadora, incluindo todas as formas de educação formal, não formal e informal, bem como uma constante interação com as diversas manifestações culturais, fontes de informação e formas de descobrir a realidade que ocorrem na cidade e em cada um de seus bairros.

As políticas municipais de educação serão sempre entendidas como referidas a um contexto mais vasto inspirado nos princípios de justiça social, igualdade, cidadania democrática, sustentabilidade, qualidade de vida e promoção de seus habitantes.

ODIVELAS

Odivelas aposta na cidadania digital e na segurança online

A Internet afirmou-se, no século XXI, como um direito de natureza civilizacional, que implica um uso livre, seguro e não discriminatório. Neste contexto, o Município de Odivelas desenvolve, desde 2020, o Programa “Cybersegur@ – Cai na Real, Protege-te no Virtual”, destinado a promover a literacia digital e a sensibilizar a comunidade educativa para os riscos e responsabilidades do meio online.

O programa contribui para a consolidação de contextos educativos mais seguros, inclusivos e promotores de cidadania ativa, abordando temas como a proteção da privacidade, a prevenção do cyberbullying e o uso das redes sociais. As ações de sensibilização são ajustadas às diferentes faixas etárias, destacando-se as sessões “Viagem pelo Mundo Virtual” e “Redes Sociais e Virtuais”, garantindo uma intervenção contínua e adequada a cada ciclo de ensino.

No presente ano letivo, o impacto da iniciativa é já expressivo: até ao momento, foram realizadas 120 sessões, abrangendo cerca de 2.760 alunas e alunos, reforçando o compromisso municipal com a formação integral das novas gerações.

No âmbito do Dia da Internet Mais Segura (Safer Internet Day – SID), assinalado a 10 de fevereiro de 2026, a Escola Básica 2,3 Moinhos da Arroja recebeu uma sessão especial da ação “Redes Sociais e Virtuais”, dirigida às turmas do 6.º ano. A iniciativa contou com a presença da Vereadora da Educação, Dra. Susana Santos, reforçando simbolicamente a importância de promover uma cultura digital assente na responsabilidade, no respeito e na consciência crítica.

Esta ação insere-se num investimento cofinanciado pelo Portugal 2030, através do qual o Município reafirma o seu compromisso enquanto Cidade Educadora, contribuindo para a capacitação de cidadãos mais informados, responsáveis e preparados para uma participação ética, consciente e segura no ambiente digital. ■



PRINCÍPIO 20 — EDUCAÇÃO PARA UMA CIDADANIA DEMOCRÁTICA E GLOBAL

A Cidade Educadora deve oferecer a toda a população formação em valores e práticas de cidadania democrática que promovam o respeito, a tolerância, a participação, a responsabilidade, o interesse pelo que é público e o comprometimento com o bem comum. Por outro lado, a Cidade Educadora promoverá a consciencialização sobre a interdependência da dimensão local e global que os desafios globais representam, facilitando a formação de uma cidadania global, capaz de participar, comprometer-se e dar o seu contributo à escala local e internacional.

OEIRAS

Programa Municipal de Coadjuvação da Educação Física no 1.º Ciclo do Ensino Básico

O Programa Municipal de Coadjuvação da Educação Física no 1.º CEB é uma iniciativa da Câmara Municipal de Oeiras (CMO) em parceria com a Sociedade Portuguesa de Educação Física (SPEF). Implementado desde o ano letivo de 2018/2019 em todos os Agrupamentos de Escolas do concelho, o programa garante que a totalidade dos alunos do 1.º ciclo da rede pública tenha acesso a uma Educação Física de excelência. A prática assenta num modelo de coadjuvação pedagógica, onde 20 professores especializados trabalham em articulação direta com o Professor Titular de Turma na lecionação e avaliação da disciplina.



O projeto tem como objetivos centrais o desenvolvimento da literacia física e a promoção de estilos de vida saudáveis, combatendo o sedentarismo através da monitorização da aptidão física e competência motora. Entre as suas componentes inovadoras destacam-se:

- Relatórios PreFitEscola: Entrega de relatórios individuais aos encarregados de educação para acompanhar a evolução motora e identificar precocemente riscos de saúde, como a obesidade, ou talentos desportivos.
- Aprendizagens Ativas e Interdisciplinares: Articulação da Educação Física com Matemática (tratamento de dados), Estudo do Meio (atividades de orientação com temas de reciclagem) ou Português (interpretação de textos).
- Aulas de Apoio à Inclusão na Educação Física (AIEF): Sessões personalizadas de 30 minutos para alunos que beneficiam de um acompanhamento mais próximo, reforçando a confiança e a inclusão escolar.

Com um investimento municipal anual de 280.000€, o programa abrange 5.250 alunos distribuídos por 29 escolas. Os resultados confirmam o seu sucesso: 93% das famílias valorizam a iniciativa e os alunos de Oeiras apresentam, de forma consistente, resultados nas Provas de Aferição superiores à média nacional. ■

PRINCÍPIO 2 – POLÍTICA EDUCATIVA AMPLA

Os municípios exercerão de modo eficaz as competências que lhes correspondem na educação. Seja qual for o âmbito destas competências, devem propor uma política educativa ampla, transversal e inovadora, incluindo todas as formas de educação formal, não formal e informal, bem como uma constante interação com as diversas manifestações culturais, fontes de informação e formas de descobrir a realidade que ocorrem na cidade e em cada um de seus bairros.

OLIVEIRA DE AZEMÉIS

Projeto 4Estações

Promover a participação ativa dos idosos e o seu envolvimento numa troca de experiências e saberes, combatendo a solidão e o isolamento na terceira idade são objetivos da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, que desenvolveu um projeto artístico e cultural com a participação de 250 seniores das diferentes freguesias do concelho. Este projeto incorpora o Plano de Ação das Comunidades Desfavorecidas, Integrado no PAOITI AMP Sul, no âmbito do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência e foi concebido e encenado por João Amorim, Daniela Amaral Cardoso e Pedro Saraiva, da companhia de teatro Bandevelugo.

Inicialmente, foram percorridas todas as freguesias, dando forma a um vasto programa de oficinas culturais e artísticas dirigidas aos clubes seniores, aproveitando este mote para fortalecer esta rede de clubes, valorizando o papel das pessoas mais velhas na vida cultural do município. As sessões, conduzidas pelos profissionais de artes performativas, exploraram linguagens como o teatro, a dança e o novo circo, convidando os participantes a experimentar, criar e partilhar. Mais do que aprender técnicas, tratou-se de descobrir



novas formas de comunicação, de exercitar a imaginação e de reforçar o prazer de estar em grupo.

Com o passar dos meses, o projeto cresceu e consolidou-se como uma verdadeira rede de comunidades criativas. Em freguesias com menor oferta cultural, as oficinas deram origem a grupos autónomos e dinâmicos; noutros locais, fortaleceram laços já existentes. O resultado foi um movimento que ultrapassou as paredes das salas de ensaio e se estendeu à vida quotidiana dos participantes, transformando cada encontro num espaço de convívio e de descoberta.

Ao longo do processo, os participantes puderam explorar diferentes formas de expressão artística, culminando na apresentação do espetáculo final “4Estações” nos dias 8 e 9 de novembro de 2025, no Teatro Municipal de Oliveira de Azeméis (TeMA). Foram apresentadas duas peças: “Peça I – Inverno e Primavera” e “Peça II – Verão e Outono”.

A iniciativa recebeu o reconhecimento dos envolvidos e o trabalho realizado visa, além do impacto inovador ao nível cultural e social, reforçar o compromisso da autarquia na valorização da sua população sénior, com a promoção de uma cultura inclusiva e participativa.

A RTP acompanhou um dos ensaios e a reportagem pode ser vista aqui: <https://www.facebook.com/share/v/1DT-7nnUsk2/> ■

PRINCÍPIO 4 – ACESSO À CULTURA

A Cidade Educadora promoverá o direito à cultura e a participação de todas as pessoas, sobretudo dos grupos em situação de maior vulnerabilidade, na vida cultural da cidade como forma de inclusão, promovendo o sentimento de pertença e de boa coexistência. Para além da fruição dos bens culturais, esta participação cultural incluirá o contributo que todos os cidadãos podem dar para uma cultura viva e em mudança e o envolvimento da sociedade civil na gestão de equipamentos e iniciativas culturais. Por sua vez, a Cidade Educadora estimulará a educação artística, a criatividade e a inovação, promovendo e apoiando iniciativas culturais, tanto de vanguarda, como de cultura popular, como meio de desenvolvimento pessoal, social, cultural e económico.

PAÇOS DE FERREIRA

Jornadas da Educação – Seminário Intermunicipal da Educação

“Orientação Vocacional e Profissional: Propostas para uma Política Pública Territorializada”.

As Jornadas da Educação do Município de Paços de Ferreira, realizadas a 28 de janeiro de 2026 contaram, este ano, com a integração do Seminário Intermunicipal da Educação, subordinado ao tema “Orientação Vocacional e Profissional: Propostas para uma Política Pública Territorializada”, organizado



em parceria com a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa.

Num contexto marcado por rápidas transformações no mundo do trabalho e na formação, torna-se essencial repensar políticas públicas que respondam às necessidades reais das pessoas e das comunidades. Urge, portanto, refletir sobre a orientação vocacional e profissional, enquanto eixo estratégico para o desenvolvimento educativo, social e económico dos territórios.

Esta iniciativa surge no âmbito do Programa Intermunicipal de Promoção do Sucesso Escolar (PIPSE) e abordou uma das atividades do PIPSE, o Programa de Orientação Vocacional e Profissional do Douro, Tâmega e Sousa, cujo objetivo é apoiar jovens entre os 12 e os 18 anos no reconhecimento das suas competências e interesses, promovendo decisões informadas e a construção de percursos educativos e profissionais alinhados com o seu potencial e com as oportunidades existentes no território. Neste sentido, este evento que contou com a participação de oradores de reconhecida competência nas áreas da educação, psicologia, orientação vocacional e desenvolvimento territorial, provenientes do meio académico, institucional e intermunicipal, proporcionou um espaço de reflexão e debate com vista à construção de respostas mais justas, inclusivas e territorialmente relevantes para o futuro da orientação vocacional e profissional. ■

PRINCÍPIO 16 – ORIENTAÇÃO E INSERÇÃO LABORAL INCLUSIVA

A cidade deverá oferecer aos seus habitantes a possibilidade de ocuparem um lugar na sociedade, dar-lhes-á os conselhos necessários à sua orientação pessoal e profissional e tornará possível a sua participação em atividades sociais. No domínio específico das relações escola-trabalho, é preciso assinalar a relação estreita que se deverá estabelecer entre o planeamento educativo e as necessidades do mercado de trabalho. Para este efeito, as cidades deverão definir estratégias de formação que tenham em conta a procura social e colaborar com as organizações sindicais e empresas na criação de postos de trabalho e de atividades formativas de carácter formal e não formal, sempre ao longo da vida.

PALMELA

PIPSE PALMELA – Programa de Promoção do Sucesso Educativo

Palmela reconhece a Educação como pilar estratégico para o desenvolvimento pessoal, social e comunitário. Num contexto desafiante e em permanente transformação, impõe-se a defesa de uma Escola inclusiva, de e para todos, com todos, promotora da cidadania, da igualdade de oportunidades e do acesso universal a uma educação de qualidade.

Enquanto Município Educador, Palmela valoriza a educação como património coletivo e alicerce do desenvolvimento sustentável, promotora da coesão social e da participação cidadã. Neste enquadramento, o Município assume o território como espaço educativo ao serviço das pessoas, incentivando a ligação entre escola e comunidade e reconhecendo nessa articulação uma oportunidade para afirmar uma educação inclusiva e de qualidade.

O PIPSE Palmela – Programa de Promoção do Sucesso Educativo (operação financiada pelo FSE, enquadrada pela ITI AML do POR Lisboa 2030|Portugal 2030) reforça o compromisso municipal com a consolidação de respostas inovadoras e integradas, em alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), nomeadamente os ODS 4 – Educação de Qualidade e 10 – Reduzir as Desigualdades. Com um valor total de 961.010,24€ e construída numa metodologia colaborativa com os 3 Agrupamentos de Escolas e 2 Escolas Secundárias do concelho, o PIPSE Palmela preconiza, como princípios, a participação e envolvimento de toda a comunidade educativa, promovendo uma verdadeira cultura de equidade, inclusão e cidadania ativa.

PIPSE Palmela



Contempla o investimento na criação de uma Estratégia Educativa de Acolhimento para as/os alunas/os migrantes; na aplicação e desenvolvimento de novas metodologias de intervenção que facilitem os processos de aprendizagem, de autonomia e de adaptação ao contexto escolar das/os alunas/os com NEE; na capacitação e formação para a inclusão de agentes educativos (docentes, não docentes, pais e encarregados de educação e técnicos municipais) e no envolvimento e estreitamento da ligação entre a família e Escola. ■

PRINCÍPIO 3 – DIVERSIDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO

Uma educação que combata qualquer forma de discriminação, promoverá a liberdade de expressão e religião, diversidade cultural, o diálogo e a escuta ativa em condições de igualdade. (...) Ajudará a corrigir desigualdades decorrentes da classe social, origem, etnia, género, idade, orientação sexual, diversidade funcional ou qualquer outra.

PAMPILHOSA DA SERRA

Programa “Conversas de Avós de Proximidade”



O Programa “Conversas de Avós de Proximidade”, criado pelo Município de Pampilhosa da Serra em 2025, constitui uma resposta social estruturada face aos desafios associados ao envelhecimento demográfico, reforçando a intervenção local através de um modelo de proximidade, personalizado e centrado na pessoa apoiada.

Dirigido a pessoas com 60 ou mais anos em situação de fragilidade física, doença ou com reduzida rede de apoio social, o Programa assume-se como uma medida de prevenção da solidão, do isolamento e da exclusão social, promovendo a valorização da história de vida, do reforço da autonomia e da participação ativa na comunidade.

A intervenção desenvolve-se em contexto domiciliário a partir de uma avaliação diagnóstica, que sustenta a definição de um Plano Individual de Intervenção (PII) ajustado às necessidades, interesses, capacidades funcionais e contexto socio-familiar de cada participante, assegurando um acompanhamento humanizado, contínuo e respeitador da privacidade.

O programa integra ainda sessões de apoio psicoemocional, assentes no modelo *Homecounseling Intervention Therapy* (HIT), procurando reforçar a gestão emocional, a redução da ansiedade e da sensação de solidão e o fortalecimento da autoestima.

Quando os beneficiários reúnem condições para tal, é incentivada a sua participação em atividades comunitárias, visando a sua integração social e o desenvolvimento de relações interpessoais, sendo igualmente assegurado o respetivo acompanhamento. Sempre que se revele necessário, é promovida a mediação familiar e a articulação com outros serviços e respostas sociais complementares.

Este Projeto foi recentemente distinguido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) com o selo “Territórios da Longevidade”, reforçando o compromisso municipal com a promoção do envelhecimento ativo, da inclusão social e da coesão territorial. ■

PRINCÍPIO 14 – PROMOÇÃO DA SAÚDE

A Cidade Educadora garantirá o crescimento integral e saudável de todas as pessoas, promovendo o seu bem-estar físico, emocional e mental. Para tal, promoverá o acesso universal aos cuidados de saúde e apoiará ambientes e estilos de vida saudáveis.

A promoção da saúde incluirá a atividade física e educação emocional, afetivo-sexual, alimentar e de prevenção de dependências. Da mesma forma, promoverá a construção da cidade como um espaço onde todas as pessoas se sintam protegidas, favorecendo o envelhecimento ativo e as relações sociais necessárias para combater a solidão e o isolamento.



PAREDES

Visionarium Play: espaço de inovação educativa na Casa da Juventude de Paredes

A Casa da Juventude de Paredes passou a contar com um novo espaço dedicado à inovação e à aprendizagem digital: a Sala Visionarium Play.

Este projeto resulta de uma parceria entre o Município de Paredes, a Associação Visionarium e a Microsoft, e pretende proporcionar às crianças e jovens experiências educativas inovadoras, baseadas na utilização da tecnologia.

A sala foi criada com o objetivo de estimular a criatividade, o pensamento crítico e a colaboração entre os jovens, através de atividades imersivas desenvolvidas na plataforma Minecraft Education. Esta ferramenta educativa permite combinar o universo lúdico dos videojogos com desafios pedagógicos, promovendo a aprendizagem de forma dinâmica, interativa e envolvente.

Ao longo do ano letivo, o espaço acolhe diversas atividades digitais e interativas, pensadas para incentivar a curiosidade, a experimentação e o trabalho em equipa. Estas iniciativas pretendem contribuir para o desenvolvimento de competências essenciais para o futuro, como a resolução de problemas, a comunicação e a literacia digital.

A criação da Sala Visionarium Play integra uma estratégia mais ampla de modernização educativa promovida pelo Município de Paredes. Neste contexto, destaca-se também o projeto SAABIA – Sucesso Académico através do Bem-Estar e da Inteligência Artificial, desenvolvido igualmente em parceria com a Associação Visionarium e a Microsoft, que procura apoiar o sucesso escolar através da integração de tecnologias inovadoras e da promoção do bem-estar dos alunos.

Com esta iniciativa, Paredes reforça o seu compromisso com uma educação mais inovadora, tecnológica e preparada para os desafios do futuro. ■

PRINCÍPIO 2 – POLÍTICA EDUCATIVA AMPLA

Os Municípios exercerão de modo eficaz as competências que lhes correspondem na educação. Seja qual for o âmbito destas competências, devem propor uma política educativa ampla, transversal e inovadora, incluindo todas as formas de educação formal, não formal e informal, bem como uma constante interação com as diversas manifestações culturais, fontes de informação e formas de descobrir a realidade que ocorrem na cidade e em cada um de seus bairros.

As políticas municipais de educação serão sempre entendidas como referidas a um contexto mais vasto inspirado nos princípios de justiça social, igualdade, cidadania democrática, sustentabilidade, qualidade de vida e promoção dos seus habitantes.

PENICHE

E em vez do medo?

As REDES

No Agrupamento de Escolas D. Luís de Ataíde, em Peniche, escola Eco-Escolas, o desafio lançado pela Bienal Cultura Educação #2 do Plano Nacional das Artes — “E em vez do medo?” — encontrou no território PNA uma resposta simbólica e agregadora: As REDES. Este conceito tornou-se o mote para múltiplos projetos que envolvem alunos, professores, famílias e parceiros locais, reforçando a escola como espaço vivo de participação, criatividade e reflexão.

O projeto iniciou-se com a instalação “Artes e Medos em Rede”, uma grande teia construída com fios de croché produzidos pelos alunos do 2.º e 3.º ciclos, com o apoio das famílias, onde ficaram entrelaçadas ideias, medos e esperanças. A metáfora das redes prolonga-se noutras iniciativas: o “Manifesto Fotográfico”, que convida a comunidade a refletir sobre as ligações que definem a identidade de Peniche; a instalação “Uma Rede de Direitos”, dedicada aos Direitos Humanos; e “Desempach’à REDE”, intervenção artística criada com materiais reutilizados do Porto de Pesca, unindo arte, sustentabilidade e identidade local, que tece, de forma orgânica, os gradeamentos da escola.

A criatividade estende-se também à moda sustentável com “Com Rede, Sem Medo Criamos Moda”, projeto que reutiliza redes de pesca na criação de peças e acessórios. Paralelamente surgem “Redes de Leitura”, projetos artísticos como “Malhas Urbanas, Perspetivas”, iniciativas de memória coletiva como “Entre NÓS... e VOZ”, dedicada à recolha de expressões orais típicas de Peniche e à promoção de um diálogo intergeracional, com a participação direta da comunidade, e ainda a “ACD – Isto não é uma formação”, dirigida a docentes, que se assume como uma rede de partilha de práticas, experiências e vínculos comunitários.

Estas e outras ações culminarão, a 18 de abril, no projeto “(en)REDES – Uma Rota pela Cultura”, envolvendo as quatro escolas do concelho e diversos espaços alternativos da cidade. Esta iniciativa afirma a educação como um processo coletivo, criativo e territorial, onde a cultura, a comunidade e a escola se enredam para construir um futuro mais promissor, desligando os alunos das redes virtuais e conectando-os às redes do nosso património, da memória e da identidade coletiva. ■



PRINCÍPIO 10 – IDENTIDADE DA CIDADE

A cidade tem de saber encontrar, preservar e apresentar a sua identidade própria, complexa e mutável, bem como valorizar o património material e imaterial e a memória histórica que lhe confere singularidade. Esta é a base para um diálogo fecundo com o meio ambiente e com o mundo. A valorização dos seus costumes e das suas origens deve ser compatível com os direitos humanos. Ao mesmo tempo, oferecerá uma imagem atrativa sem desvirtuar o seu ambiente natural e social, promovendo entre os seus habitantes o sentimento de pertença e de responsabilidade partilhada.

PORTIMÃO

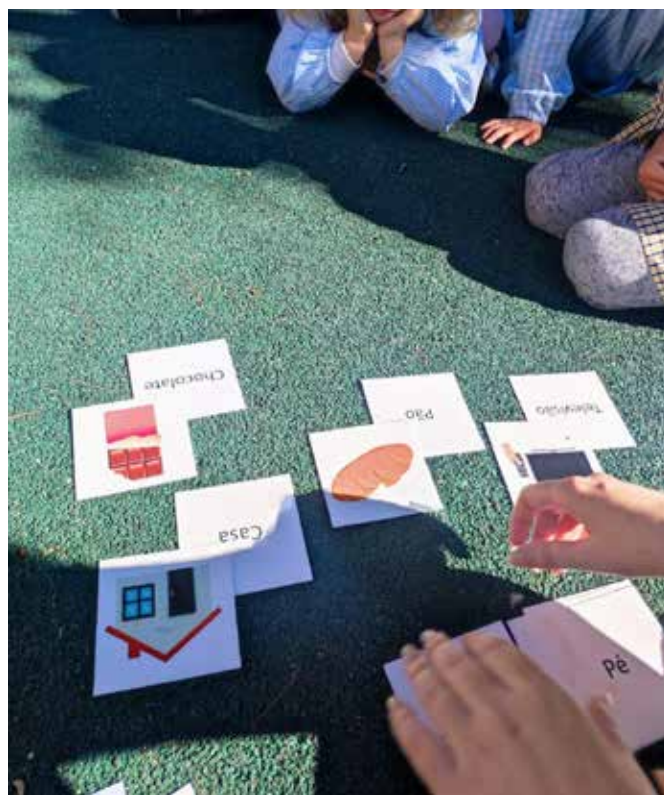
Quatro anos a capacitar crianças: o impacto do Programa de Competências Pré-Leitoras em Portimão

No Município de Portimão, a promoção do sucesso educativo começa antes mesmo das crianças aprenderem a ler. Há quatro anos foi implementado o Programa de Promoção de Competências Pré-Leitoras, uma iniciativa desenvolvida em parceria com o Departamento de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Algarve, que envolve os cinco Agrupamentos de Escolas do concelho.

Dirigido a crianças da Educação Pré-Escolar na faixa etária dos 5/6 anos, o programa assenta numa intervenção estruturada composta por 20 sessões que estimulam competências fundamentais para a futura aprendizagem da leitura e da escrita. A iniciativa combina formação de profissionais, avaliação das crianças, intervenção em contexto de sala de aula e monitorização contínua dos resultados, envolvendo docentes, psicólogos/as e terapeutas da fala.

Começou por ser desenvolvido em 28 salas e atualmente o programa abrange 34 salas de educação pré-escolar do município, envolvendo cerca de 475 crianças e mobilizando 34 educadores de infância da rede pública. Este trabalho colaborativo tem permitido reforçar práticas pedagógicas e criar um ambiente educativo mais preparado para apoiar o desenvolvimento da literacia desde os primeiros anos de vida.

Os resultados obtidos ao longo destes quatro anos demonstram a eficácia da intervenção. As crianças que participam no programa apresentam melhorias significativas nas competências Pré-Leitoras e evidenciam também um impacto positivo no desempenho em leitura no 1.º ano do ensino básico, sugerindo um efeito diferenciador no percurso escolar.



Numa região onde o insucesso escolar tem sido um desafio persistente, investir precocemente na literacia revela-se uma estratégia essencial. Ao apostar na prevenção e na promoção de competências fundamentais para aprender a ler e escrever, Portimão reforça o seu compromisso com uma educação mais equitativa e com bases sólidas para o sucesso educativo das gerações futuras. ■

PRINCÍPIO 9 – ACOMPANHAMENTO E MELHORIA CONTÍNUA

O município avaliará o impacto educativo, social e ecológico das políticas municipais para a sua melhoria contínua. O projeto educativo da cidade, os valores que fomenta, a qualidade de vida oferecida, as celebrações organizadas, as campanhas ou projetos de qualquer natureza desenvolvidas, serão objeto de reflexão e avaliação, recorrendo-se aos instrumentos necessários para garantir a coerência de políticas que ajudem a promover o desenvolvimento pessoal e coletivo.

PORTO

PALAVRAS DE ENCONTRO – Recursos para o acolhimento das crianças na Educação Pré-escolar

No âmbito do programa municipal de promoção da literacia, 'Porto de Palavras', o Município do Porto desenvolveu o 'Palavras de Encontro', um conjunto de recursos lúdico-pedagógicos concebido para apoiar o acolhimento das crianças na educação pré-escolar, com especial enfoque nas crianças migrantes, provenientes de contextos linguísticos e culturais diversos.

Estes recursos foram desenvolvidos no quadro de uma candidatura financiada pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), no âmbito das Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas da Área Metropolitana do Porto. Partindo da premissa de que o acolhimento constitui um momento estruturante do percurso educativo, o projeto assenta numa abordagem inclusiva, centrada na criança e no brincar

desenvolvimento da linguagem, nas componentes da compreensão e da expressão verbal, valorizando, ao mesmo tempo, as experiências e identidades de cada criança.



como eixo das aprendizagens, em consonância com as Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar. O conjunto integra livros, jogos de tabuleiro, jogos da memória, teatro, puzzles, recursos digitais e atividades de exploração autónoma, que privilegiam estratégias de comunicação multimodal, repetição estruturada e aprendizagem contextualizada, favorecendo o desenvolvimento da linguagem, nas componentes da compreensão e da expressão verbal, valorizando, ao mesmo tempo, as experiências e identidades de cada criança. A versatilidade dos recursos permite a sua utilização em grande grupo, pe-

queno grupo ou individualmente, facilitando a diferenciação pedagógica e a adaptação a contextos educativos heterogéneos.

Ainda em fase de aplicação e de medição de impacto social, os resultados preliminares apontam para a relevância destes materiais enquanto facilitadores da interação e da comunicação, favorecendo a aquisição de vocabulário funcional e contribuindo para fortalecer o sentimento de pertença, construindo, desde a educação pré-escolar, contextos educativos onde a diversidade cultural é reconhecida como uma riqueza partilhada. ■

PRINCÍPIO 3 – DIVERSIDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO

A cidade promoverá a educação na diversidade para a compreensão, cooperação solidária internacional, reconhecimento e respeito pelos povos indígenas e outros grupos étnicos objeto de discriminação, bem como a paz no mundo. Uma educação que combata qualquer forma de discriminação. Promoverá a liberdade de expressão e religião, a diversidade cultural, o diálogo e a escuta ativa em condições de igualdade. Acolherá todas as iniciativas consistentes com estes objetivos, independentemente da sua origem. Ajudará a corrigir desigualdades decorrentes da classe social, origem, etnia, género, idade, orientação sexual, diversidade funcional ou qualquer outra. Ao mesmo tempo, promoverá a valorização, o conhecimento, a aprendizagem e o uso das línguas presentes na cidade como elemento integrador e fator de coesão entre as pessoas.



REGUENGOS DE MONSARAZ

“Pomar do Sucesso” – A Importância da Autoestima e da Autoconfiança no Sucesso Escolar

Atividade realizada com os alunos de todas as turmas do 5º ano do Agrupamento de Escolas de Reguengos de Monsaraz, no âmbito do Projeto Educar Para o Futuro, Programa (Inter) Municipal de Promoção do Sucesso Escolar – ITI-CIM, onde foram exploradas temáticas relacionadas com a Autoestima e a Autoconfiança, destacando a sua importância na diversidade e na não discriminação, e como a aceitação da diferença pode produzir impacto no sucesso escolar. Cada alu-

no recebeu uma folha de papel com um contorno de uma árvore igual para todos, que os simbolizavam a eles próprios, onde cada um decorou e identificou raízes, ramos, folhas e frutos como características que os definem, metas e objetivos. Resultaram árvores muito diversas e distintas, com características próprias e válidas. No final, todas as árvores foram colocadas num papel cenário, formando assim um “Pomar do Sucesso” para cada turma, criando um momento de reflexão conjunta entre todos os participantes. Os trabalhos produzidos no âmbito desta atividade, foram depois expostos em zonas de circulação da Escola Básica António Gião, permitindo que toda a comunidade educativa pudesse também conhecer e refletir sobre esta temática. A Operação EDUCAR PARA O FUTURO EM REGUENGOS DE MONSARAZ foi apoiada pelo Programa Regional do Alentejo 2021-2027, pelo Portugal 2030 e pela União Europeia. Os Fundos Europeus Mais Perto de Si. ■

PRINCÍPIO 1 – EDUCAÇÃO INCLUSIVA AO LONGO DA VIDA

O direito à Cidade Educadora é proposto como uma extensão do direito fundamental de todas as pessoas à educação. Todas as pessoas que habitam a cidade terão direito a usufruir, em condições de liberdade e igualdade, dos meios e oportunidades de formação, diversão e desenvolvimento pessoal que esta oferece. A Cidade Educadora renova permanentemente o seu compromisso com a formação dos seus habitantes ao longo da vida nos mais diversos aspetos. E para que tal seja possível, é preciso ter em conta todos os grupos, com as suas necessidades específicas. O governo e a administração municipal implementarão políticas destinadas a remover obstáculos de qualquer natureza que prejudiquem o direito à igualdade e à não discriminação. Tanto a administração municipal, quanto outras administrações que afetam a cidade, serão responsáveis por isso. Os cidadãos também deverão comprometer-se com este projeto, pessoalmente ou através das diferentes formas de associação em que estiverem organizados.

SANTA MARIA DA FEIRA

Pé na Estrada

A Escola de Educação Rodoviária é uma valência do Município de Santa Maria da Feira que alia rigor pedagógico à formação cívica de crianças da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, através dos projetos Pé na Estrada: Pequenos e Pé na Estrada: Médios. Os projetos abordam a prevenção rodoviária a partir de três dimensões fundamentais — peões, passageiros e

ciclistas — promovendo comportamentos seguros e incentivando uma cultura de mobilidade responsável e sustentável desde a infância.

As sessões combinam uma componente teórica e uma componente prática. Na primeira, as crianças são sensibilizadas para a importância da segurança rodoviária através de linguagem adaptada à idade, dinâmicas de grupo, jogos pedagógicos e recursos multimédia.

A componente prática decorre numa pista pedagógica de educação rodoviária, concebida para simular situações reais de circulação num ambiente seguro e orientado. Este espaço funciona como um verdadeiro laboratório de aprendizagem, onde as crianças aplicam conhecimentos de forma ativa e participativa.



Equipadas com karts e bicicletas, aprendem a reconhecer a sinalização, atravessar em segurança, utilizar corretamente equipamentos de proteção e compreender as regras básicas de circulação. Ao alternarem os papéis de peões e ciclistas, desenvolvem também empatia e maior consciência sobre os diferentes comportamentos e riscos presentes na estrada. Para além da segurança rodoviária, o projeto promove a reflexão sobre mobilidade sustentável, incentivando modos de deslocação suaves, como andar a pé ou de bicicleta, e destacando os seus benefícios para a saúde, o ambiente e a qualidade de vida nas cidades. A pista transforma-se, assim, numa sala de aula ao ar livre, onde aprender e brincar caminham lado a lado. Educar para a segurança rodoviária desde a infância é investir em cidadãos mais conscientes e em cidades mais seguras e sustentáveis. ■

PRINCÍPIO 13 – SUSTENTABILIDADE

A Cidade Educadora comprometer-se-á a satisfazer os direitos e as necessidades materiais que permitam viver uma vida digna – alimentação, água, habitação, saneamento, energia, mobilidade, ambiente seguro e saudável. A cidade organiza-se-á tendo em conta a dependência entre a vida humana e os limites físicos do planeta. Promover-se-á ativamente a participação e corresponsabilidade de todos os seus habitantes na adoção de estilos de vida e de consumo justos, resilientes e sustentáveis, sob os princípios da suficiência, distribuição e justiça; e tomar-se-ão as devidas precauções para proteger bens comuns que assegurem uma sobrevivência digna às gerações atuais e futuras.

SÃO JOÃO DA MADEIRA

Jornadas da Alimentação Escolar: “JUNTOS NA MISSÃO DE ALIMENTAR COM QUALIDADE”

Incentivar o debate e a implementação de ações de educação alimentar e nutricional em contexto escolar, valorizar e capacitar os trabalhadores das cantinas escolares nesta área, bem como promover atitudes e comportamentos alimentares saudáveis, foram alguns dos objetivos das Jornadas da Alimentação Escolar. A iniciativa, organizada pela terceira vez pela Câmara Municipal de São João da Madeira, decorreu entre os dias 2 e 6 de fevereiro. As Jornadas têm como público-alvo todos os profissionais diretamente ligados às cantinas e bufetes escolares, nomeadamente cozinheiras, ajudantes de cozinha e equipas da Saúde Escolar. Na sessão de abertura, o presidente da Câmara Municipal, João Oliveira, fez questão de dirigir uma saudação especial às equipas das cantinas e bufetes, que considera “elementos



essenciais” nas escolas, “porque garantem uma alimentação saudável, com refeições equilibradas, que são fundamentais para o crescimento, a saúde e a concentração dos nossos alunos”.

Das temáticas abordadas, destaca-se: “Como o que servimos influencia o comportamento e o sucesso escolar”, “Saúde à mesa: como apoiar as crianças enquanto comem”, “Desperdício alimentar: diagnóstico, prevenção e boas práticas”, “Sustentabilidade e sabor nas refeições vegetarianas”, “Equipas de cozinha escolar : uma chave de sucesso na alimentação saudável e sustentável”, “A redução do sal na confeção com vista a ganhos na saúde dos alunos”, “Gestão de alérgenos e intolerâncias alimentares nas escolas” e “Cuidar da saúde das crianças também à mesa”.

Refira-se a presença, entre os oradores, de Carolina Frias da Costa e Andreia Brandão (nutricionistas), Fabiana Jesus (terapeuta da fala), Inês Pádua, Margarida Liz, Rute Borrego e Vânia Costa (professoras), Rosário Pinheiro (chef) e Ana Rocha (enfermeira). Os painéis foram moderados pelo Vereador da Educação, Pedro Gual, por Mariana Carvalho, presidente da Federação Concelhia de Associações de Pais, e por Ana Isabel Coelho, enfermeira especialista na Unidade Local de Saúde. O programa incluiu, de igual modo, um workshop dinamizado pela Escola de Hotelaria e Turismo do Porto e uma visita de estudo a uma fábrica da indústria alimentar. ■

PRINCÍPIO 15 – FORMAÇÃO DE AGENTES EDUCATIVOS

A cidade tomará as medidas necessárias para que as famílias recebam formação suficiente para poderem acompanhar o crescimento dos seus filhos e filhas, garantindo o equilíbrio entre a necessidade de proteção e a autonomia na descoberta da cidade, num espírito de respeito e confiança. Neste sentido, desenvolverá propostas de formação para profissionais e todos aqueles que, na cidade, desempenham, muitas vezes sem saber, funções educativas.

SETÚBAL Projeto Musicando – Atelier de Educação Musical

O projeto “Musicando – Atelier de Educação Musical”, promovido pela Câmara Municipal de Setúbal desde o ano letivo 2021/2022, afirma-se como uma prática inspiradora no âmbito da educação pré-escolar, integrada nas orientações curriculares no domínio da Educação Artística e desenvolvida nos jardins de infância da rede pública do concelho. Partindo da música como linguagem universal e naturalmente presente na infância, o projeto reconhece o seu potencial como ferramenta essencial para o desenvolvimento global das crianças.

Com uma abordagem lúdica e participativa, o “Musicando” coloca o brincar no centro da aprendizagem. Destaca-se a criação e utilização de jogos pedagógicos concebidos especificamente para a exploração musical, permitindo às crianças aprender de forma ativa, dinâmica e significativa. Através da articulação entre jogo e práticas como ouvir, cantar, tocar, interpretar, improvisar e compor, as crianças exploram sons, ritmos e emoções, construindo conhecimento de forma integrada.



Este ambiente de experimentação favorece o desenvolvimento de competências cognitivas, emocionais e sociais, como a concentração, a memória, a criatividade, a cooperação e a socialização. O papel do educador é central, garantindo a mediação pedagógica, a adaptação às características de cada grupo e a promoção de contextos inclusivos e participativos.

Mais do que ensinar música, o “Musicando” cria experiências educativas significativas, alinhadas com os princípios das cidades educadoras, onde a cultura, a criatividade e a participação são pilares fundamentais. Contribui, assim, para a formação de crianças mais autónomas, confiantes e críticas, reforçando o papel do município como agente ativo na construção de uma educação de qualidade e de uma comunidade mais coesa e criativa. ■

PRINCÍPIO 2 – POLÍTICA EDUCATIVA AMPLA

Os municípios exercerão de modo eficaz as competências que lhes correspondem na educação. Seja qual for o âmbito destas competências, devem propor uma política educativa ampla, transversal e inovadora, incluindo todas as formas de educação formal, não formal e informal, bem como uma constante interação com as diversas manifestações culturais, fontes de informação e formas de descobrir a realidade que ocorrem na cidade e em cada um de seus bairros. As políticas municipais de educação serão sempre entendidas como referidas a um contexto mais vasto inspirado nos princípios de justiça social, igualdade, cidadania democrática, sustentabilidade, qualidade de vida e promoção de seus habitantes.

SILVES

Município de Silves promove atividades educativas no território Geoparque Algarvensis

Assumindo a geoeducação como um dos pilares fundamentais do desenvolvimento sustentável e numa lógica de envolvimento da comunidade, o Município de Silves deu início à dinamização das atividades educativas do ano letivo de 2025/2026 com visitas ao território geoparque.

Neste primeiro ciclo de atividades, 9 turmas das escolas do 1º ciclo do Agrupamento de Escolas Silves Sul, tiveram oportunidade de visitar, em São Bartolomeu de Messines, o Museu do Traje e das Tradições, a Casa-Museu João de Deus e a sua zona histórica, identificando nas ruas antigas, os caminhos do Grés de Silves. Enquanto percorriam as ruas da zona histórica de São Bartolomeu de Messines, território do Geoparque Algarvensis, os cerca de 203 alunos e 18 professores e auxiliares de educação, aprenderam como se interliga a geologia, a biodiversidade, a cultura e as tradições, assim como a importância do Grés de Silves na história



e economia da população do concelho de Silves através da sua utilização nas construções, nas tarefas quotidianas, e até no polimento das moedas.

Aprenderam ainda como, nos caminhos do Grés de Silves, se cruzaram animais que habitaram o território Algarvensis há cerca de 227 milhões de anos, tais como o Placodonte Henodus e o Metoposaurus Algarvensis.

Já no início de 2026, com os pés na terra e os olhos ... na máquina do tempo do planeta terra, o Município levará outros alunos e professores a viajar até aos 330 milhões de anos e a conhecer os grandes episódios que o território do Geoparque Algarvensis tem para contar sobre este grande livro do planeta terra. Esta oferta educativa é um serviço gratuito do município de Silves, dirigida a



escolas desde o 1º ciclo do ensino básico ao ensino secundário e encontra-se disponível através do setor da educação do Município de Silves e no site do Geoparque Algarvensis. ■

PRINCÍPIO 10 – IDENTIDADE DA CIDADE

A cidade tem de saber encontrar, preservar e apresentar a sua identidade própria, complexa e mutável, bem como valorizar o património material e imaterial e a memória histórica que lhe confere singularidade.

SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

AQUI ESTAMOS NÓS? – Projeto de Promoção da Leitura e Participação

A Biblioteca Municipal de Sobral de Monte Agraço tem vindo a desenvolver um conjunto de atividades diversificadas, no sentido contribuir para a promoção de literacias múltiplas, que concorram para uma cidadania



ativa e informada, essenciais na sociedade atual. Com esse objetivo, a Biblioteca tem promovido o Projeto de Promoção da Leitura e Participação “Aqui Estamos Nós?”, dinamizado por Joana Rita Sousa, da Filocriatividade.

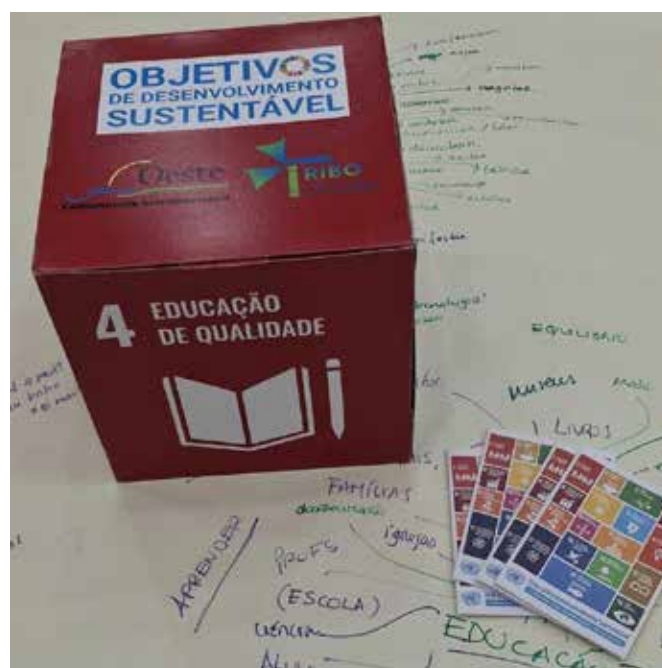
Assente numa abordagem participativa, “Aqui Estamos Nós?” desafia pais e filhos a participar num projeto onde as suas vozes são escutadas, va-

lorizadas e transformadas em ideias para ações futuras. A primeira edição deste projeto, iniciada no final de 2024, contou com seis sessões, no decorrer das quais se desenvolveram diálogos sobre territórios, ecologia, igualdade e desigualdades, educação, consumo, tendo por base a Agenda 2030 e os ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, tudo a partir da leitura de um conjunto de livros ilustrados que estimulam os participantes a pensar, falar e agir. Neste momento está já a decorrer uma segunda edição.

Através de práticas que cruzam a leitura, a filosofia para crianças e a expressão criativa, o projeto promove encontros onde pensar é um ato partilhado. Cada sessão torna-se uma oportunidade para questionar o mundo, explorar ideias e desenvolver competências essenciais à vida em sociedade, como a empatia, a argumentação e o respeito pela diversidade de perspetivas.

O projeto não só aproxima os cidadãos dos livros, como também os aproxima entre si, fortalecendo laços comunitários e contribuindo para uma cidadania mais consciente e participativa. A Biblioteca Municipal de Sobral de Monte Agraço pretende assim assumir um papel ativo na construção de comunidades mais participativas, inclusivas e conscientes.

“Aqui Estamos Nós?” ao dar espaço à participação ativa, reforça o papel da biblioteca como agente educativo e cultural, com um papel ativo na promoção da inclusão, democracia, diálogo intergeracional e da aprendizagem ao longo da vida. ■



PRINCÍPIO 2 – POLÍTICA EDUCATIVA AMPLA

Os municípios exercerão de modo eficaz as competências que lhes correspondem na educação. Seja qual for o âmbito destas competências, devem propor uma política educativa ampla, transversal e inovadora, incluindo todas as formas de educação formal, não formal e informal, bem como uma constante interação com as diversas manifestações culturais, fontes de informação e formas de descobrir a realidade que ocorrem na cidade e em cada um de seus bairros. As políticas municipais de educação serão sempre entendidas como referidas a um contexto mais vasto inspirado nos princípios de justiça social, igualdade, cidadania democrática, sustentabilidade, qualidade de vida e promoção de seus habitantes.

SOURE

Soure acolhe projeto de promoção da saúde “Med On Tour”

O Núcleo de Estudantes de Medicina da Associação Académica de Coimbra (NEM/AAC) esteve em Soure a dinamizar o “Med On Tour”, um projeto de âmbito nacional da Associação Nacional de Estudantes de Medicina, desenvolvida anualmente por várias escolas médicas em diferentes pontos do país, procurando aproximar os estudantes das comunidades.

O Agrupamento de Escolas Martinho Árias de Soure recebeu o projeto, proporcionando aos alunos a participação em várias atividades educativas adaptadas a cada ciclo de ensino. Destacaram-se a ação “A Brincar, A Brincar”, dirigido a alunos do 4.º ano do 1.º ciclo, com enfoque no ensino de Suporte Básico de Vida, na resposta a situações de emergência e na promoção da autonomia corporal; e a ação “A Sério, A Sério”, constituído por formações em Saúde Sexual e Reprodutiva para jovens do ensino secundário, incentivando





a adoção de comportamentos informados e responsáveis. Para além das atividades realizadas em contexto escolar, o “Med On Tour” promoveu igualmente várias ações de sensibilização junto dos utentes de Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI) e de Centros de Dia, realizando rastreios de saúde que incluíram a medição da pressão arterial, da glicemia e a avaliação do índice de massa corporal (IMC). Estas ações foram também disponibilizadas à população em geral, reforçando a promoção de hábitos de vida saudáveis e a prevenção da doença.

O “Med On Tour” leva estudantes de Medicina ao encontro da comunidade com o objetivo de promover a literacia em saúde, sensibilizar para a importância da prevenção e incentivar a adoção de estilos de vida mais saudáveis.

Esta experiência permite aos futuros profissionais desenvolver, desde cedo, um compromisso ativo com a comunidade, contactar precocemente com os desafios e as desigualdades em saúde e construir uma visão mais humana, consciente e responsável da sua profissão, através de uma experiência formativa particularmente enriquecedora. ■

PRINCÍPIO 14 – PROMOÇÃO DA SAÚDE

A Cidade Educadora garantirá o crescimento integral e saudável de todas as pessoas, promovendo o seu bem-estar físico, emocional e mental. Para tal, promoverá o acesso universal aos cuidados de saúde e apoiará ambientes e estilos de vida saudáveis.

TORRES NOVAS

Pediatria – Crescer com Saúde

O ciclo de sessões «Pediatria – Crescer com Saúde» é uma iniciativa dinamizada por médicos internos de pediatria da Unidade Local de Saúde do Médio Tejo, em parceria com a Biblioteca Municipal Gustavo Pinto Lopes, dedicada a diferentes temas que abordam dúvidas frequentes sobre o bem-estar e o desenvolvimento infantil.

Nas edições anteriores, foram debatidos assuntos de grande interesse para as famílias, como «O meu filho está doente... e agora?», sobre como agir em situações de doença; «Prós e Contras da utilização dos ecrãs nas crianças e adolescentes», centrado no impacto do uso de dispositivos digitais; «Como falar de educação sexual com o seu filho», que explorou estratégias de comunicação em família; e «Primeiros Socorros: Suporte Básico de Vida e Engajamento», com orientações práticas para emergências.

Cada sessão conta com a presença de um especialista em pediatria, reforçando o carácter informativo e oferecendo esclarecimento direto de dúvidas aos participantes. De participação gratuita e aberta à comunidade, as palestras visam partilhar conhecimentos teórico-práticos essenciais ao desenvolvimento de competências parentais, abordando áreas como alimentação, crescimento, desenvolvimen-





TORRES VEDRAS

Coadjuvação de Educação Física no 1.º ciclo do ensino básico

No 1.º ciclo do ensino básico estabelece-se a base para o desenvolvimento das competências fundamentais da Educação Física, através de atividades lúdicas e de práticas que promovem valores, princípios e a preparação das crianças para etapas posteriores. Neste contexto, o Município de Torres Vedras implementou, no ano letivo de 2020/2021, o projeto de Coadjuvação de Educação Física, no qual os alunos do 1.º ciclo do concelho participam semanalmente em sessões de 60 minutos destinadas ao desenvolvimento das suas habilidades motoras. Estas sessões são dinamizadas em regime de coadjuvação, envolvendo o professor titular de turma e um professor especialista na área. Os planeamentos das atividades são elaborados de acordo com os valores definidos no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e com os objetivos da Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, tendo como referência os conteúdos previstos nas Aprendizagens Essenciais de Educação Física. O protocolo de avaliação do projeto define as orientações para a realização da avaliação inicial, formativa e sumativa, sendo todo o processo avaliativo partilhado pelo par pedagógico. A

to e segurança promovendo, assim, a proximidade entre profissionais de saúde e famílias.

Destinam-se sobretudo a pais ou futuros pais, avós e cuidadores de crianças em geral. Paralelamente às sessões, decorrem atividades para as crianças que acompanham os adultos, como leituras ou atividades lúdicas, proporcionando um espaço de entretenimento e aprendizagem.

O ciclo regressa este ano, entre abril e junho, para a sua 4.ª edição, com um novo conjunto de encontros dedicados à promoção do bem-estar e ao desenvolvimento saudável das crianças. ■

PRINCÍPIO 14 – PROMOÇÃO DA SAÚDE

A Cidade Educadora garantirá o crescimento integral e saudável de todas as pessoas promovendo o seu bem-estar físico, emocional e mental. Para tal, promoverá o acesso universal aos cuidados de saúde e apoiará ambientes e estilos de vida saudáveis.

A promoção da saúde incluirá a atividade física e educação emocional, afetivo-sexual, alimentar e de prevenção de dependências. Da mesma forma, promoverá a construção da cidade como um espaço onde todas as pessoas se sintam protegidas, favorecendo o envelhecimento ativo e as relações sociais necessárias para combater a solidão e o isolamento.





área da aptidão física é avaliada através da aplicação de testes específicos, cujos resultados são posteriormente comunicados aos Encarregados de Educação. A avaliação global do projeto é realizada anualmente através de um relatório que analisa dados provenientes de três eixos de ação: a avaliação interna, baseada nas classificações obtidas pelos alunos no final de cada semestre; a avaliação externa, referente aos resultados das provas de aferição; e a avaliação da aptidão física, que considera a composição corporal, a aptidão aeróbia e a competência motora. Com base nesta análise, são identificados os principais desafios e apresentadas recomendações com vista à melhoria contínua do projeto. ■

PRINCÍPIO 2 – POLÍTICA EDUCATIVA AMPLA

Os municípios exercerão de modo eficaz as competências que lhes correspondem na educação. Seja qual for o âmbito destas competências, devem propor uma política educativa ampla, transversal e inovadora, incluindo todas as formas de educação formal, não formal e informal, bem como uma constante interação com as diversas manifestações culturais, fontes de informação e formas de descobrir a realidade que ocorrem na cidade e em cada um de seus bairros.

VALONGO

Projeto “Lá Fora” arranca primeira ação experimental na Escola Básica da Azenha e transforma recreio escolar em espaço sustentável

O Projeto Lá Fora assume-se como um laboratório de cidadania infantil que procura repensar os recreios escolares à luz da emergência climática, transformando-os em espaços de aprendizagem ativa, brincadeira livre, cocriação e experimentação sustentável. Mais do que intervir no espaço físico, pretende-se promover uma cultura de participação e corresponsabilização, envolvendo a comunidade educativa na construção de soluções concretas para os desafios ambientais.

Surgido em 2021, o projeto foi inicialmente submetido a dois programas de financiamento, sem sucesso. Demonstrando perseverança e compromisso com a inovação democrática, o Município de Valongo apresentou posteriormente candidatura ao People Powered Program – The Climate Democracy Accelerator (CDA), tendo beneficiado de seis meses de formação em participação pública e de um financiamento de 10.000 euros para o desenvolvimento de um projeto-piloto.

A Escola Básica da Azenha foi selecionada como território de intervenção, por dispor de um amplo espaço exterior e integrar quatro turmas do 1.º ciclo e três do pré-escolar. A direção, a associação de pais e o agrupamento de escolas evidenciaram desde o início elevada receptividade e espírito colaborativo, reforçando a pertinência da iniciativa.

O processo assenta numa metodologia participativa que envolve crianças, famílias, equipa educativa e

restante comunidade escolar na proposição, deliberação e decisão das intervenções. A Casa da Participação acompanha todas as fases, garantindo escuta ativa, transparência e qualidade democrática.

A 3 de dezembro de 2025 realizou-se nova Assembleia de Escola, onde foi apresentado e aprovado o plano de transformação do espaço exterior num local mais verde, acolhedor e promotor de convívio. Definiu-se a implementação em três fases, prevendo-se, numa primeira etapa, a criação de um jardim vertical com mural colorido, a instalação de puffes reutilizando pneus e a plantação de árvores.

As primeiras ações experimentais decorreram a 20 e 27 de fevereiro, com construção da estrutura do jardim vertical, preparação e montagem dos puffes e plantação de aromáticas. Algumas atividades, como a pintura do mural, foram reagendadas devido às condições meteorológicas.

Integrado numa abordagem de adaptação às alterações climáticas e de qualificação dos espaços educativos, o projeto continuará a desenvolver novas ações experimentais, incluindo a criação de um jardim vertical e novas zonas de sombra e convívio.

Com esta iniciativa, o Município de Valongo reforça o seu compromisso com a educação ambiental, a participação cidadã e a criação de escolas mais abertas, sustentáveis e preparadas para os desafios das próximas gerações. ■



VILA DO BISPO

À Noite no Museu de Vila do Bispo – Misteriosa Viagem na Penumbra da História

O Serviço Educativo e de Mediação Cultural do Museu de Vila do Bispo – Celeiro da História concebeu, organizou e realizou uma nova atividade que teve lugar na noite de 23 de janeiro, integrada na programação do Dia do Município de Vila do Bispo – Dia de São Vicente 2026. “À Noite no Museu de Vila do Bispo – Misteriosa Viagem na Penumbra da História” apresentou-se como uma inédita atividade socio-cultural pensada e direcionada para famílias, adequada para crianças em idade pré-escolar e escolar, jovens e adultos, conduzida em português e inglês e propondo uma noite especialmente diferente, passada em família. Na penumbra da noite e a partir de Vila do Bispo, os participantes foram convidados a embarcar numa misteriosa viagem pela História, um percurso exploratório, de milhões de anos, a bordo do nosso Museu, uma maravilhosa máquina do Tempo conduzida pelos arqueólogos de serviço. A sessão inaugural desta nova iniciativa foi coroada de sucesso, contou com a participação de vinte famílias que escolheram deslocar-se até ao Museu para participar na atividade, numa noite tempestuosa. ■



PRINCÍPIO 8- GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS

A Cidade Educadora construir-se-á a partir de um paradigma de governança em cuja conceção e consecução cooperarão tanto a administração pública como os cidadãos, numa colaboração que constitui uma das marcas distintivas da Cidade Educadora.

Promoverá a participação de todos os cidadãos, desde uma perspetiva crítica, construtiva e corresponsável, na gestão municipal e na vida comunitária, divulgando abertamente os processos de tomadas de decisão. Deverá contar com as instituições e organizações civis e sociais, tomando em consideração as iniciativas privadas e outras formas de participação espontânea. Para tal, o governo local fornecerá as informações necessárias com antecedência e promoverá, de modo transversal, orientações e atividades de formação desde a infância. No termo de um processo participativo, os resultados serão divulgados publicamente e serão analisados a eficácia e os limites do procedimento seguido.

As crianças, adolescentes e jovens serão reconhecidos como cidadãos do presente, com direito a participar na gestão e melhoria da vida comunitária, em igualdade de condições com os adultos, disponibilizando-se os canais e ferramentas adequados.

PRINCÍPIO 10 – IDENTIDADE DA CIDADE

A cidade tem de saber encontrar, preservar e apresentar a sua identidade própria, complexa e mutável, bem como valorizar o património material e imaterial e a memória histórica que lhe confere singularidade. Esta é a base para um diálogo fecundo com o meio ambiente e com o mundo. A valorização dos seus costumes e das suas origens deve ser compatível com os direitos humanos. Ao mesmo tempo, oferecerá uma imagem atrativa sem desvirtuar o seu ambiente natural e social, promovendo entre os seus habitantes o sentimento de pertença e de responsabilidade partilhada.

VILA FRANCA DE XIRA

Um Caminho de Crescimento – Blocos de Judo

A coadjuvação constitui uma estratégia de colaboração entre docentes, dentro e fora da sala de aula, assumindo particular relevância no contexto da sala de aula. Esta abordagem tem como objetivo um acompanhamento mais próximo, concreto e eficaz dos alunos contribuindo para a melhoria das suas aprendizagens e redução do insucesso escolar.

O ensino coadjuvado assume particular importância no 1.º ciclo do ensino básico, fase determinante para o desenvolvimento global dos alunos e na construção de bases para o seu sucesso escolar futuro em áreas especializadas do conhecimento.

A Escola de Judo Nuno Delgado detém uma larga experiência e reconhecida competência técnica no ensino do Judo, sendo a Sociedade Euterpe Alhandrense entidade parceira da Escola de Judo Nuno Delgado na promoção e dinamização desta modalidade na área do Município de Vila Franca de Xira.

A implementação do judo nas escolas oferece inúmeros benefícios para as crianças e o ambiente escolar, nomeadamente ao nível do desenvolvimento motor, da aptidão física, da autoconfiança, da gestão de emoções e da promoção de valores como o respeito e na prevenção de comportamentos de violência e situações de bullying.

O Projeto “Blocos de Judo” é uma iniciativa conjunta da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, da Sociedade Euterpe Alhandrense (SEA) e da Escola de Judo Nuno Delgado (EJND). No ano letivo de 2025/2026, o projeto abrange as turmas de 3.º ano dos agrupamentos de escolas Alves Redol, Forte da Casa e Póvoa de Sta. iria.

Ao longo de 12 aulas com duração de 45 minutos cada, integradas no horário escolar, os alunos terão a oportunidade de conhecer o judo, aprender técnicas essenciais (como as quedas) e, sobretudo, viver os valores do Código Moral do Judo: Coragem • Sinceridade • Honra • Modéstia • Respeito • Autocontrolo • Amizade • Cortesia

As aulas são dinamizadas por um Mestre da EJND, com o apoio do(a) professor(a) titular, e contam com material próprio e seguro, fornecido exclusivamente para esta atividade. Projeto reconhecido pela União Europeia de Judo.

Porque o Judo é mais do que um desporto... é uma escola de vida!

Um Caminho de Crescimento

Com esta iniciativa, o Município reforça o seu compromisso em oferecer experiências educativas que promovem o desenvolvimento integral das crianças — corpo, mente e valores. ■

PRINCÍPIO 2 – POLÍTICA EDUCATIVA AMPLA

Os municípios exercerão de modo eficaz as competências que lhes correspondem na educação, seja qual for o âmbito destas competências, devem propor uma política educativa ampla, transversal e inovadora, incluindo todas as formas de educação formal, não formal e informal, bem como uma constante interação com as diversas manifestações culturais, fontes de informação e formas de descobrir a realidade que ocorrem na cidade e em cada um dos seus bairros.

As políticas municipais de educação serão sempre entendidas como referidas a um contexto mais vasto inspirado nos princípios da justiça social, igualdade, cidadania democrática, sustentabilidade, qualidade de vida e promoção dos seus habitantes.



VILA VERDE

Vila Verde lançou a atividade “Tabuleiro da Participação... Vamos Jogar!” para assinalar o Dia Internacional da Cidade Educadora com o jogo “A Constituição”

O Município de Vila Verde assinalou o Dia Internacional da Cidade Educadora, celebrado a 30 de novembro, com a realização da atividade “Tabuleiro da Participação... Vamos Jogar!”, desenvolvida entre os dias 25 de novembro e 10 de dezembro, em consonância com o lema: “A Participação das Crianças na Cidade Educadora”.

A iniciativa decorreu em todas as Escolas Básicas do Agrupamento de Vila Verde e na Escola Secundária de Vila Verde, em articulação com o projeto “Vila Verde: Educar para Transformar”, no âmbito do Plano Intermunicipal de Promoção do Sucesso Educativo no Cávado (PIPSE) 2030, e envolveu 220 alunos/as, distribuídos por 11 turmas do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico.

Através do recurso didático-pedagógico “A Constituição”, em formato de jogo de tabuleiro, foi promovida uma abordagem lúdica, participativa e inclusiva a temáticas como a educação para a cidadania, a participação cívica, os direitos humanos, os direitos e deveres fundamentais e os princípios estruturantes da vida democrática. Ao longo da atividade, os/as alunos/as foram convidados a refletir, dialogar e tomar decisões, exercitando uma cidadania ativa e consciente.

Esta iniciativa reforçou a aposta do Município de Vila Verde numa educação centrada nas pessoas, valorizando o papel das crianças e jovens enquanto agentes ativos de cidadania, criatividade e transformação social.

No âmbito desta ação, o Município de Vila Verde adquiriu exemplares do jogo, posteriormente entregues a todos os estabelecimentos de ensino do concelho, incentivando a continuidade destas dinâmicas e reafirmando o compromisso de Vila Verde enquanto Cidade Educadora, empenhada na formação integral, participativa e democrática das crianças e jovens. ■



PRINCÍPIO 20 – EDUCAÇÃO PARA UMA CIDADANIA DEMOCRÁTICA E GLOBAL

A Cidade Educadora deve oferecer a toda a população formação em valores e práticas de cidadania democrática que promovam o respeito, a tolerância, a participação, a responsabilidade, o interesse pelo que é público e o comprometimento com o bem comum. Por outro lado, a Cidade Educadora promoverá a consciencialização sobre a interdependência da dimensão local e global que os desafios globais representam, facilitando a formação de uma cidadania global, capaz de participar, comprometer-se e dar o seu contributo à escala local e internacional. A devida aplicação de todos estes princípios deverá contribuir para que cada pessoa sinta a cidade, o seu meio envolvente e o planeta como seus.



XVIII CONGRESSO INTERNACIONAL AICE – GRANOLLERS, 26 A 29 DE MAIO – LOGOTIPO

■ <https://iaec2026granollers.com/pt/>

Inscrições abertas, no site do Congresso:

- até 30 de abril – 350€;
- a partir de 01 de maio – 380€;

A organização do Congresso recebeu 185 experiências, de 95 cidades, de 16 países. Destas, 26 são portuguesas, de 18 municípios, divididas entre apresentações em workshop, diálogo direto e poster.

Com o término do mandato de quatro anos (2022–2026) de várias cidades no Comité Executivo, este órgão será renovado através da apresentação de candidaturas das cidades interessadas e da respetiva eleição, a realizar na Assembleia Geral de 27 de maio, em Granollers.

Todas as cidades-membro da AICE foram convidadas a apresentar a sua candidatura a este órgão.